



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ALEX CASTRO DE BRITO

**ENTRE O MERCADO E A DÁDIVA: CIRCUITO ECONÔMICO DAS
TROCAS INFORMAIS NA FEIRA DE ROUPAS NO BAIRRO
BURITIZAL EM MACAPÁ-AP**

MACAPÁ, AP

2013

ALEX CASTRO DE BRITO

**ENTRE O MERCADO E A DÁDIVA: CIRCUITO ECONÔMICO DAS
TROCAS INFORMAIS NA FEIRA DE ROUPAS NO BAIRRO
BURITIZAL EM MACAPÁ-AP**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – Colegiado de Ciências Sociais – da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rosinaldo Silva de Sousa

MACAPÁ, AP
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Brito, Alex Castro.

Entre o mercado e a dádiva: circuito econômico das trocas informais na feira no Bairro Buritizal em Macapá-AP / Alex Castro Brito; orientador Rosinaldo Silva de Sousa. Macapá, 2013.

62 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Macapá (Estado) – Comércio. 2. Setor informal (Economia) – Macapá . 3. Comércio informal – Relações sociais . 4. Trabalhadores – Aspectos sociais. I. Sousa, Rosinaldo Silva de, (orient). II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD. 22.ed. 330.98116

**ENTRE O MERCADO E A DÁDIVA: CIRCUITO ECONÔMICO DAS
TROCAS INFORMAIS NA FEIRA DE ROUPAS NO BAIRRO
BURITIZAL EM MACAPÁ-AP**

ALEX CASTRO DE BRITO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rosinaldo Silva de Sousa (orientador) - UNIFAP

Prof. Dr. Marcus André de Souza Cardoso da Silva - UNIFAP

Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto – UNIFAP

MACAPÁ, AP
2013

Ao meu brilhante avô Francisco Malato,
exemplo de humildade, amor e honestidade. *In
memorian.*

A Maria de Nazaré Cardoso Marinho. Minha
querida sogra, a estrela mais linda. *In
memorian.*

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grato a Deus pelas dádivas concebidas.

A meu orientador e amigo Professor doutor Rosinaldo Silva de Sousa. Sem dúvida este Trabalho de Conclusão de Curso se tornou possível mediante seu incentivo, apoio e dedicação. Foram muitos os chás tomados durante a produção desta monografia e sou grato ao seu profissionalismo, competência, experiência, desfrutados ao longo desses anos.

A minha supermãe que diante de todos os problemas nunca me desamparou e em nenhum momento deixou de acreditar em mim. A ela devo minha vida.

A minha família portelense. Os melhores tios e tias do mundo. Saibam que sem a ajuda e a oração de vocês eu não teria como sobreviver nesta terra de gigantes.

A minhas queridas avós que muito me aconselham e me apoiam.

A minha linda Flor, Geane Cardoso. Muito obrigado pela paciência. Você muito me motiva, inspira, conforta. O seu amor me salvou.

Ao meu amigo e irmão Maurício Alencar. Obrigado por não desistir de mim. A Gleiciane Mafra e minha sobrinha princesa Sophia.

Aos professores do Colegiado de Ciências Sociais que durante cinco anos desfrutei de prazerosos debates teóricos.

A Turma de Ciências Sociais 2009 com quem manteve uma produtiva convivência acadêmica.

A Kátia Serrão, Miquéias Marques, Claudemir Barros. Muito obrigado pelo carinho, amizade, alegrias e sorrisos compartilhados.

A Dona Margarida, uma mulher vitoriosa e de um coração de ouro. Obrigado por ter me adotado.

Aos amigos em especial: Rosana, Lillian, Benedita, Thais, Josiane, Adamor, Tatiany, Rosinaldo, Célia, Rosane, Lucioclaudio, Nilton, Bia, Suzy, Suanne, Larissa, Fernando, Fábio, Emilene, Glaucia, Larissa Oliveira, Preta, Marluce, Cabral, Leone, Adrian, Tadeu, Lauandes.

Ao Departamento de Pesquisa da Universidade Federal do Amapá. Agradeço o financiamento da minha bolsa de Iniciação Científica que foi a primeira experiência profissional para a realização desta monografia.

Aos trabalhadores informais que dignamente sobrevivem com o comércio informal de roupas. Obrigado pelas conversas regadas a café e boa companhia.

A todos os meus amigos que de alguma forma contribuíram na elaboração deste TCC.

Uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que a dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas ainda possuem um valor sentimental além de seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero. (Marcel Mauss, [1924] 2003, p.294).

RESUMO

BRITO, Alex Castro de. Entre o Mercado e a Dádiva: circuito econômico das trocas informais na feira de roupas no bairro Buritizal em Macapá-AP. **TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)** – Ciências Sociais – Universidade Federal do Amapá – Macapá, 2013.

Este trabalho tem como objetivo analisar a instituição econômica moderna submersa (*embeddedness*) nas relações sociais. Partirei de uma revisão teórica de alguns textos da Antropologia Econômica, basicamente os da chamada Escola Substantivista da economia. Nesta, a ênfase não recai, como na Escola Formalista, nas consequências econômicas da ação egoísta do indivíduo em salvaguardar seu interesse na posse de bens materiais. Ao contrário, a perspectiva substantiva da economia enfatiza o interesse coletivo como guia no entendimento das práticas econômicas. Para esta escola, os fenômenos econômicos não deveriam ser analisados sem a consideração das outras dimensões da vida social nas quais estas práticas tomam forma. Nesta perspectiva, os agentes sociais desenvolveriam, em sua prática econômica, extensos e complexos circuitos de sociabilidades funcionando como mecanismos importantes para distintos arranjos econômicos. Tomo como ilustração dessas redes específicas de sociabilidade as redes sociais oriundas de relações sociais tradicionais como reciprocidade, confiança, parentesco, amizade, vizinhança, compadrio. Neste trabalho estenderei estes princípios ao estudo de fenômenos contemporâneos das sociedades complexas, tais como o comércio informal. Estudos têm demonstrado que a economia informal, objeto de minha pesquisa em uma feira de roupas opera, sobretudo, regulado por princípios tradicionais (como em rituais do dom, reciprocidade, parentesco, amizade, confiança, solidariedade), uma vez que essa economia se desenvolve fora dos marcos legal da esfera estatal. A discussão presente caminha no sentido de fundamentar a importância da manutenção e consolidação dessas redes de relações sociais conjugadas a organização social, econômica, cultural, dos atores envolvidos com as atividades econômicas não regulamentadas pelo Estado.

Palavras-Chaves: trocas econômicas informais, feira, dádiva, rede de relações sociais.

ABSTRACT

BRITO, Alex Castro de. Entre o Mercado e a Dádiva: circuito econômico das trocas informais na feira de roupas no bairro Buritizal em Macapá-AP. **TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)** – Ciências Sociais – Universidade Federal do Amapá – Macapá, 2013.

This paper aims to analyze the institution of modern economic submerged (embeddedness) in social relations. Leave a theoretical review of some texts of Economic Anthropology, basically calling substantivist School of economics. Here the emphasis lies not, as in the Formalist School in economic consequences of selfish action of the individual to safeguard his interest in material possessions. Rather, the substantive perspective of economics emphasizes the collective interest as a guide in understanding the economic practices. For this school, economic phenomena should not be analyzed without consideration of other dimensions of social life in which these practices take shape. In this perspective, the social agents develop in their economic practice, large and complex circuits sociability functioning as important mechanisms for different economic arrangements. I take as an illustration of these specific networks of sociability social networks derived from traditional social relationships as reciprocity, trust, kinship, friendship, neighborhood, cronyism. This work will stretch these principles to the study of contemporary phenomena of complex societies, such as informal trade. Studies have shown that the informal economy, the subject of my research in a fair clothes operates primarily governed by traditional principles (as in rituals of gift, reciprocity, kinship, friendship, trust, solidarity), since this economy develops outside the framework of the statutory state sphere. The present discussion moves towards substantiate the importance of maintaining and strengthening these networks of social organization combined social, economic, cultural, actors involved in economic activity is not regulated by the state.

Keywords: informal economic exchanges, fair, gift, network of social relations.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO: ETNOGRAFIA DO MERCADO INFORMAL DE ROUPAS..... | 10 |
| A Reciprocidade | 13 |
| A Escola Econômica Substantiva <i>versus</i> A Escola Formal..... | 15 |
| A Informalidade na Feira de Roupas..... | 16 |
| O Trabalho de Campo..... | 18 |
| | |
| CAPÍTULO I: A ECONOMIA DO DOM | 21 |
| A Feira e o <i>Fato Social Total</i> | 22 |
| As Relações de Amizade | 25 |
| Reciprocidade e o <i>Circuito popular do dinheiro</i> | 28 |
| O intercâmbio de bens e serviços..... | 31 |
| O Teatro do Cotidiano, Informalidade, Socialização de Alimentos e Bebidas..... | 34 |
| | |
| CAPÍTULO II: ANTROPOLOGIA DO PARENTESCO..... | 38 |
| Parentesco e Reciprocidade na Barraca..... | 40 |
| | |
| CAPÍTULO III: O FENÔMENO DA ECONOMIA INFORMAL..... | 47 |
| | |
| CONCLUSÃO: O REGIME DE TROCA NA FEIRA: CONFIANÇA, AMIZADE, SOLIDARIEDADE..... | 53 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 57 |

INTRODUÇÃO

ETNOGRAFIA DO MERCADO INFORMAL DE ROUPAS NA FEIRA

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como sujeito empírico um grupo de trabalhadores que comercializam informalmente roupas usadas e novas na feira situada na Avenida Armando Limeira Pontes entre as Ruas Claudomiro de Moraes e Tiago Flexa no Bairro do Buritizal, zona sul da cidade de Macapá. Essa feira ocorre somente aos domingos pela manhã e atualmente é composta por 20 barracas¹ distribuídas e alinhadas as margens da Avenida Armando Limeira Pontes. A feira representa um nível acentuado de organização e criatividade, no qual estrategicamente as barracas de estrutura mista em madeira improvisada e haste metálica rígida, estão bem fixadas e instaladas de modo a formar um corredor comercial que permite o fluxo de pessoas, bens e serviços. O centro do mercado informal de roupas possibilita o acesso tanto aos pedestres comuns quanto aos motoristas e mototaxi que frequentemente manobram carros e motos, utilizando essa avenida como retorno mais curto a rua principal do bairro.

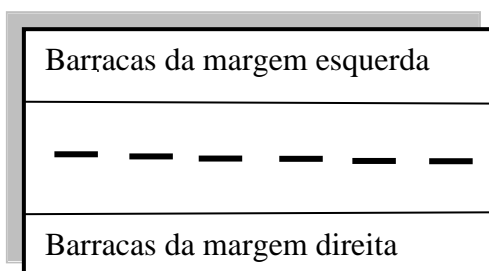


Figura 1: distribuição e ordenamento das barracas na feira de roupas.

As principais mercadorias comercializadas nessa feira são obtidas basicamente de três maneiras: (1) distribuidoras localizadas na região sudeste do país, muitas dessas no Estado de São Paulo, identificadas pelos feirantes como especialistas no comércio formal de roupas usadas. Nesse caso a família de feirantes em Macapá entra em contato por telefone com o gerente da empresa e encomenda às roupas em fardos com trezentas peças. A transação econômica se efetiva quando a família realiza o depósito na conta da empresa e esta confirma o depósito, enviando imediatamente o produto para o endereço do feirante; cada fardo custa em média \$300,00 reais e as roupas são selecionadas de acordo com o grau de relação que a

¹Núcleo de comercialização informal coletiva ou individual. Neste caso todas as barracas de roupas são formadas por grupos de parentes, amigos e vizinhos que praticam atividades com impacto econômico que escapam aos marcos legal do Estado.

família de feirantes tem com os responsáveis em vender os fardos de roupas usadas; (2) a segunda maneira está relacionada ao número significativo de pessoas conhecidas que procuram os feirantes para vender em pequenas quantidades roupas e calçados que a família ou o indivíduo julga não utilizar mais. Essa relação informal em conseguir os produtos funciona regulamente e, os feirantes as utilizam com satisfação porque depois de algum tempo esse tipo de fornecedor se tornam confiável, amigos e fonte segura de oferta do produto para os trabalhadores. Esse tipo de fornecedor contribui diretamente para o comércio informal, no qual este passa a frequentar a casa do feirante e seu local de trabalho na feira, fazendo levantamento das peças de roupas, as quais vendem mais e sempre preocupado em oferecer produto de qualidade ao amigo feirante. Com o estreitamento das relações sociais entre feirantes e fornecedores fica mais fácil barganhar o preço da mercadoria, obter um desconto maior na peça de roupa e assim tornar mais flexível e dinâmico os negócios da família. Essas práticas são cotidianas, os trabalhadores informais podem vender seus produtos a um preço mais elevado, dependendo da qualidade da roupa, e assim ampliar substancialmente sua margem de renda, embora esta não seja racionalizada formalmente dentro de padrões contábeis sofisticados; (3) a terceira forma de obter os produtos é através de consultas agendadas em lojas varejistas regulamentadas na cidade de Macapá. As lojas responsáveis por fomentar grandes liquidações de produtos avariados ou simplesmente queimas de estoques em decorrência de atualização de outros mais novos, é a atração de alguns feirantes que planejam aproveitar as promoções para aumentar a oferta de produtos na feira. O importante dessa prática dos feirantes em pesquisar sempre pelo menor preço e melhor produto é que eles conseguem bons descontos nas mercadorias que serão comercializadas na feira e ampliam a perspectiva em vender mais e obter mais renda no mercado informal de roupas.

Gostaria de destacar que além das roupas e calçados usados e novos, os feirantes vendem outros produtos como forma de aumentar sua renda e subverter o cenário de subsistência e marginalidade equivocadamente associado a feirantes, camelôs, ambulantes e outras denominações pejorativas que tipificam as atividades econômicas não regulamentadas pela esfera estatal. Muitos produtos vendidos pelos feirantes são identificados como importados (antenas de televisão, cabos de aparelho de DVDs, carregadores de celular, prendedores de cabelos, brinquedos infantis, utensílios domésticos, panelas), cosméticos, plantas ornamentais, produtos alimentícios industrializados, CDs, DVDs, salgados, doces e remédios falsificados. Essa racionalização empresarial é um elemento presente nas atividades econômicas informais e constantemente é observada e visada como um ideal capaz de atrair

mais indivíduos para o mundo da informalidade e estimular o sonho dos feirantes em ser patrão e trabalhar por conta própria, sem depender da carteira de trabalho assinada para sobreviver e sustentar sua família.

No caso da feira em específico, com toda sua racionalização econômica e ausência de cálculo formal na comercialização de seus produtos, não é possível falar de uma atividade econômica autonomizada ou puramente utilitarista², pois a forma de comércio desenvolvido pelos feirantes está vinculada as relações sociais e sua economia se encontra submersa nessas redes de relações. Sobre a função e a importância da formação dessas redes sociais Mark Granovetter (apud CAILLÉ, 1989, p.19) argumenta: “[...] A rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade [...]”. Entrelaçadas às redes sociais, se desempenha uma economia capitalista em que as relações pessoais refletem simultaneamente o regateio, a pechincha e o lucro. Assim, existe na feira um mundo de relações econômicas pessoais entre feirantes, consumidores e fornecedores dos produtos, no qual dádiva e troca mercantil não estabelecem fronteiras e esses dois universos são preenchidos pela cordialidade, ajuda mútua, solidariedade, parentesco, amizade, reciprocidade. Nesse sentido, todos instantes amabilidade e favores são reciprocamente trocados sem que haja uma classificação em termo de compra e venda, sem que seja necessário retribuí-los imediatamente em valores venal. Dessa forma, o mercado das trocas econômicas informais é apenas um momento no cotidiano dessas pessoas, isto é, elas não vivem somente para desenvolver sua vida econômica e maximizar seus ganhos.

A reciprocidade é um dos fundamentais mecanismos para analisar as relações sociais que se desenrolam entre os vendedores de roupas, no qual não menos importante é a informalidade, sobretudo por suas implicações básicas como, por exemplo, ausência de seguridade social na vida dos agentes econômicos. O impacto das fiscalizações da prefeitura, da falta de estrutura física, ambas decorrentes da ineficiência do Estado em regulamentar as atividades econômicas informais, é amenizada através da organização dos feirantes em sociedade-providência. Boaventura de Sousa Santos (1995, p.1) destaca: “Entendo por sociedade - providencia as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entre ajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos

² Categoria presente no tradicionalismo do pensamento econômico que advoga a favor das trocas instrumentais e impessoais como um fenômeno universal no qual o mercado capitalista moderno é seu mais concreto grau de sofisticação.

grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante a da relação de dom estudada por Marcel Mauss.

Como argumentei anteriormente, constantemente favores recíprocos são trocados tendo como pano de fundo a confiança desempenhada pelos feirantes. Entre os principais serviços prestados amistosamente estão: reparar a barraca do *vizinho*³ enquanto este se ausenta; indicar um cliente quando não se dispõe do produto procurado; *trocar dinheiro*⁴; oferecer bebidas e alimentos, socialização de conversas e amabilidades, dar condução gratuita para o amigo feirante que não dispõe de transporte pessoal. Estas dádivas e contra-dádivas são características das redes compostas pelos feirantes e explicitamente estabelecem e consolidam extensas redes de relações sociais e as atividades econômicas informais. Nos tipos de rede formada por parentes, vizinhos e amigos, existem outras prestações como armar a barraca às cinco horas da manhã de domingo, desmontar a barraca uma hora da tarde, ajudar a recolher a barraca quando chove; tomar conta dos negócios na ausência do dono, emprestar o celular com créditos para fazer uma ligação; dividir os custos de uma refeição; emprestar dinheiro, socializar brincadeiras descontraídas, compartilhar bebidas e dividir as despesas de transporte da feira a casa do trabalhador após o expediente. Todas as prestações totais estão dentro de um contexto de relações sociais simétricas e de igualdade de condições, isso porque os serviços e bens são ritualizados e as partes contratantes são iguais e desfrutam de prestígio, reconhecimento e status social semelhante.

A Reciprocidade

Segundo Yan (2005, p. 250), a antropologia da dádiva foi, durante muito tempo, dominada pelo problema do princípio da reciprocidade. Yan diz que esse problema nasce da crítica à explicação de Mauss que se baseou num sistema de crenças indígenas para responder a razão dos dons serem retribuídos. Em resposta a Mauss, Malinowski foi o primeiro a tratar da questão:

[...] Rejecting Mauss's interpretation of the spirit of the gift, Malinowski retracted his category of the 'pure gift' in a later book (1962 [1926]) and articulated the

³O termo *vizinho* é largamente utilizado pelos trabalhadores informais para se referirem aos feirantes mais próximo fisicamente de sua barraca além de possuir um conteúdo moral coesivo fundamentando uma atmosfera de solidariedade e ampla ajuda mútua.

⁴Expressão utilizada para designar a troca de valores iguais, mas distribuídos de forma diferentes. Por exemplo, uma nota de valor maior é trocada por várias notas de valor menor até que se atinja o valor equivalente.

principle of reciprocity to explain the local system of economic transactions. He argued that the binding force economic obligations lies in the sanction which either side may invoke to server the bonds of reciprocity. One gives because of the threat that one's partner may stop giving. All rights and obligations are 'arranged into well-balanced chains of reciprocal services' (MALINOWSKI, 1962 [1926]: p. 46 apud YAN, 2005, p. 250).

Marcel Mauss encontra no *hau* – categoria nativa – a explicação para a retribuição de uma dádiva recebida, já Malinowski observa que o interesse na retribuição dos presentes é o fato amplamente reconhecido de que a falta de retribuição, ocasiona a perda do laço e da aliança social. A escola substantivista de Polanyi, baseada nas obras etnográficas de Malinowski e Turnwald (Machado, 2009), chegava a uma definição de reciprocidade: "[...] Reciprocity denotes movements between correlative points of symmetrical groupings [...]" (POLANYI, 1957, p. 50 apud ISAAC, 2005, p. 16). Polanyi defendia, dessa maneira, a existência de três básicos princípios de integração social: a reciprocidade, a redistribuição e a troca mercantil – cada um deles é característico de um determinado tipo histórico de sociedade:

| Tipos de sociedade | Formas de Integração |
|--------------------|----------------------|
| Primitiva | Reciprocidade |
| Arcaica | Redistribuição |
| Moderna | Troca mercantil |

Figura 02: tipos de sociedades e suas respectivas formas de integração econômica em Polanyi.

Essa classificação, entretanto, não significa que uma forma de integração social seja exclusivamente predominante. O que Polanyi explicava através dessas categorias analíticas era a diferença institucional entre uma moderna economia de mercado auto-regulável e as economias reguladas pelas relações sociais.

A partir de suas investigações, Polanyi identificou a economia de mercado como um fenômeno peculiar da história da sociedade ocidental moderna que surge no século XIX, após a Revolução Industrial (Machado, 2009). Segundo Polanyi, os sistemas econômicos – que dizem respeito ao modo como cada sociedade reproduz sua existência material - sempre estiveram submersos nas relações sociais, diferentemente do que ocorre na sociedade de mercado, onde a economia aparece como uma esfera teoricamente autônoma:

Aristóteles tinha razão: o homem não é ser econômico, mas um ser social. Ele não procura salvaguardar o interesse que tem, como indivíduo, na aquisição de bens materiais, mas antes a garantia da sua consideração social, do seu status social e dos bens socialmente valorizados que detém. Ele preza suas posses sobretudo como um meio para atingir estes fins. Os seus incentivos possuem um caráter misto que associamos com objetivo: de obter reconhecimento social - os esforços produtivos são consequências meramente secundárias deste objetivo. *A economia do homem encontra-se, regra geral, submergida nas suas relações sociais.* A mudança para uma sociedade que, pelo contrário, se encontrava submergida nos sistema econômico, constitui um passo inteiramente novo. (POLANYI, 1978, p. 6).

A questão da submersão da economia no tecido social é o problema central da perspectiva econômica substantivista. De acordo com Polanyi (1988, p.81): “Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados [...] Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários [...]”. Em suas conclusões teóricas esse tipo de economia apenas poderia existir e ser preponderante nas sociedades industriais complexas.

A Escola Econômica Substantiva *versus* A Escola Formal

No campo da antropologia, esta análise tem como ponto de partida as redes de intercâmbio recíproco entre as relações de dádiva e a economia informal. No entanto é necessário um esclarecimento conceitual das escolas econômicas substantivista e formalista que durante o século XX foram à força centrípeta dos debates econômicos. Nesse sentido, aqui proposto, trata-se de uma discussão específica situada no interior da antropologia econômica entre Substantivistas e Formalistas que começou em meados da década de 1960. Os subsídios lançados Polanyi (1957), com base em etnografias clássicas das economias de povos ágrafos, sobretudo as de Malinowski entre os Trobrianders na Polinésia, definiu dois sentidos para a economia: um formal, que envolve escolhas racionais em face de recursos escassos; e outro substantivo em que as ações econômicas não são determinadas pelo cálculo entre meios e fins com vista à maximização das satisfações e salvaguardar interesses pessoais, mas por valores e regras morais que pertencem aos diversos âmbitos das instituições tradicionais (religioso, político, familiar, simbólico, cultural, econômico). O resultado mais

imediatamente e desconfortável dessa afirmação foi à negação da falácia economicista que defendia a racionalidade econômica natural dos povos primitivos e seu extremo poder de troca, barganha e permuta. Ou seja, os dados etnográficos utilizados por Polanyi refutavam a ideia de que o homem possui uma racionalidade econômica natural que o conduz a tomada de decisões com base no cálculo de suas vantagens e satisfação material - ideia tão cara aos economistas e que provém do conceito de *Homo Economicus* de Adam Smith (Smith, 2005, p. 03 apud Carrier). Os princípios econômicos tradicionais ou formais ficariam restringidos às sociedades de mercado em que o princípio de integração predominante é a troca mercantil. Enquanto as economias não capitalistas, onde prevalece a reciprocidade e a redistribuição como princípios de integração social, seria estudada do ponto de vista substantivo, ou seja, como economias que estão incrustadas no tecido social e na qual as decisões seguem o comportamento cultural e estético face às técnicas puramente econômicas. Segundo Isaac (2005), a resposta da escola formalista de antropologia econômica, fundada em 1966 em oposição à escola substantivista dos seguidores de Polanyi, baseou-se em dois principais argumentos:

[...] (1) that the models developed by microeconomics were universally applicable and, thus, superior to substantivism for both economic anthropology and comparative economics; and (2) that economic anthropology was no longer primarily concerned with the kinds of economies (primitive, 'archaic' state, peasant) for which the substantivist's tools were developed.

A antropologia econômica, dessa maneira, por muito tempo gravitou na órbita desse conflito indissolúvel: de um lado, formalistas que acreditavam que a diferença entre a economia de mercado ocidental e as economias primitivas de subsistência era de grau; de outro, substantivistas que acreditavam que a diferença era de gênero (COOK, 1966a, p. 327 apud ISAAC, 2005). Minha intenção ao apresentar este breve debate é a de levantar questões que remetem aos diversos contextos históricos que foram e são importantes para as reflexões sobre a natureza e função das trocas econômicas.

A informalidade na feira de roupas

Dois conceitos imprescindíveis de informalidade trabalhados nesta monografia são aqueles descritos por De Soto (1989, Apud, RIBEIRO, 2000, p.5): “Um conjunto de unidades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e à regulação”. E Sousa (2008a, p.2): “a diferença entre o formal e o informal está relacionada ao controle estatal sobre as atividades formais, e à ausência deles sobre as informais”. No entanto, não é meu objetivo discorrer exaustivamente sobre as características e dinâmicas da economia informal como fizeram Ribeiro (2000) e Cacciamali (2000). Embora essas sejam análises reducionistas do ponto de vista antropológico, possuem importantes contribuições para outros campos, sobretudo das ciências jurídica, econômica e do interesse governamental (Noronha, 2003; Cunha, 2006;). Em virtude dessa problemática teórica, o último capítulo deste trabalho acadêmico é dedicado a uma breve reflexão sobre o fenômeno da economia informal.

Meu interesse ao levantar a problemática sobre o par formal/informal é de situar o sujeito empírico deste estudo na perspectiva referencial das atividades econômicas informais frente às regulamentações do Estado e as leis do mercado formal e demonstrar através dessa análise que não há uma relação dicotômica ou paralela entre essas esferas da economia. Os feirantes compram e negociam os produtos que serão comercializados na feira em estabelecimentos comerciais regulamentados por agências administrativas formais e nesse importante enredado circuito econômico não existe uma rígida distinção entre o capital informal e formal. O que predomina nessa rede de mercado entre os funcionários da loja, empresas regulamentadas e os feirantes, são interesses comerciais intercambiados em uma base de relações sociais determinada pelo fato do trabalhador informal estabelecer frequentemente vínculos de amizade e/ou vizinhança com o empregado da loja e das distribuidoras formais. Nesse sentido, a frágil dicotomia entre as esferas formal/informal é uma falácia economicista e jurídica que serve de postulado legal para as regulamentações e perseguições do Estado, porém não tem fundamentação empírica para os estudos antropológicos nas sociedades complexas.

Uma contribuição importante para a compreensão das relações sociais tradicionais na estruturação das sociedades industriais são os estudos de Larissa Lomnitz realizados na década de 1970. “*Cómo sobrevive los marginados*” (1975) é um de seus trabalhos mais notáveis no qual Lomnitz discute as redes de reciprocidade que se formam nas favelas

mexicanas formadas por indivíduos que exercem alguma atividade econômica informal, sem direito a qualquer proteção social do Estado. A cadeia de ajuda mútua entre vizinhos, parentes e amigos, atua na obtenção e satisfação de necessidades diárias e imediatas e sem esse auxílio, argumenta a autora, esses indivíduos dificilmente conseguiriam manter os custos básicos da sobrevivência, sobretudo quando se trata de migrantes que não suportando a dura realidade camponesa mexicana chegam à metrópole em busca de melhores condições de vida. Lomnitz aprofunda em seus escritos o papel central da organização social e as redes de intercâmbio recíproco de bens e serviços desses atores para a manutenção da economia informal e como mecanismos que integra a população marginalizada da Cidade do México, enfatizando também o papel do “*valor confianza*” como um dos elementos que garante a coesão dessas redes sociais e, conseqüentemente, preenche as lacunas deixadas tanto pela ineficiência do Estado quanto pela segregação do mercado industrial moderno (Lomnitz, 2004, p. 3). De acordo com autora (p. 1989, 223): “Estas redes representan de hecho un sistema de seguro cooperativo informal que incluye entre sus múltiples funciones la de alojar y alimentar a los migrantes durante el período inicial de su adaptación a la ciudad, y la en de mantener a los pobladores de barriadas durante los frecuentes períodos de desempleo o incapacitación”.

Nunes (1995) e Piselli (1995) ao discutirem o conceito de sociedade-providência como uma alternativa para os indivíduos que não dispõem da proteção social do Estado se aproximam das conclusões etnográficas descritas por Lomnitz através do conceito de redes de relações recíprocas. Segundo os autores, a sociedade-providência é uma categoria amplamente discutida no processo de formação e consolidação de redes de solidariedade capaz de suprir as carências de bens e serviços que os agentes sociais não conseguem satisfazer no circuito da economia formal e do Estado. Nesse aspecto, tanto Lomnitz (1989; 1982; 2004) quanto Nunes e Pisseli identificaram que as redes de intercâmbio recíproco não são resíduos de uma fase histórica pré-civilizada e que desapareceriam em face do progresso industrial, da hegemonia do Estado e do mercado auto-regulável. Pelo contrário, os autores consideram essas redes baseadas em laços de parentesco, vizinhança e amizade, reciprocidade, como mecanismos atualizados e fundamentais para a sobrevivência de muitos indivíduos nas sociedades industriais.

O Trabalho de Campo

Este estudo tem como perspectiva a investigação empírica de um grupo de trabalhadores que atua informalmente no mercado de roupas usadas e novas e diariamente lida com a falta de estrutura adequada para trabalhar e com as ameaças de fiscalização da administração municipal. Minha base teórica é o campo da antropologia econômica e um fator condicionante para a realização desta pesquisa é o estudo dos fenômenos sociais nas sociedades complexas.

O contato com os feirantes nem sempre foi amistoso, pois eles temiam que eu fosse um fiscal da prefeitura disfarçado e o meu comprometimento com os trabalhadores na feira se resumisse em prejudicá-los através de medidas que desarticulasse o comércio informal de roupas.

Meu interesse enquanto pesquisador em campo era identificar os circuitos econômicos informais que impactam a vida cotidiana dos feirantes e conseqüentemente descrever os mecanismos responsáveis por consolidar os contratos informais e os sistemas de trocas estabelecidas, sobretudo a partir da análise de padrões não convencionais. Tenho como ponto de partida os estudos etnográficos da Antropologia Econômica, mais especificamente a perspectiva Substantiva da economia, privilegiando as redes de relações sociais orientando e celebrando o regime econômico praticado na feira e fundamentando outros aspectos da dimensão da vida social (questão abordada no capítulo I).

Um breve período em campo foi essencial para que os trabalhadores informais aos poucos comesçassem abrir espaço para diálogo e conversas sobre sua atividade econômica e a importância que esta exerce na vida de cada feirante. Depois de terem certeza que minha presença na feira não se tratava exatamente de uma ameaça a sua sobrevivência, embora alguns feirantes insistissem em me tratar como um total desconhecido, sou profundamente grato aos trabalhadores que gentilmente cederam parte de seu corrido tempo para me ajudar em campo. Os trabalhadores me apresentaram a outros feirantes amigos seus, facilitaram meu processo de inclusão ao grupo, criaram diálogos breves, algumas vezes me permitiram participar dos ciclos de conversas e brincadeiras, fizeram explicações mesmo superficiais de situações cotidianas que ocorrem no mundo do comércio informal e escapavam aos olhos do pesquisador. Considero que minha tarefa de inserção ao grupo esteve marcada por muita desconfiança e os feirantes não se sentiam a vontade para gravar entrevistas, desse modo,

respeitei essa decisão e me vali de informações fornecidas gratuitamente pelos trabalhadores informais, observação de suas práticas econômicas e da sua conduta de vida.

Entre tantas saias justas e jogos de cintura⁵, aspecto que me parece característico e inevitável de pesquisadores que se aventuram em campo, fui certa manhã de domingo confundido com uma espécie de “salvador da pátria” por uma feirante. Uma mulher trabalhadora na feira me implorou incansavelmente que a ajudasse melhorar a estrutura de sua humilde barraca, pois não aguentava mais trabalhar de maneira precária. Eu desconcertado com o fato inusitado tentei acalmar aquela senhora dizendo que infelizmente não havia muita coisa que eu pudesse fazer. Tentei explicar que eu era um simples estudante de Ciências Sociais, interessado em observar as práticas econômicas informais desempenhadas na feira e suas leis e instituições responsáveis pelo funcionamento e regulamentação. Imediatamente a mulher me pediu desoladamente desculpa, pois havia me comparado com um desses secretários de gabinete político que passava tranquilamente pela feira em busca de um relatório concreto das condições físicas em que se encontravam os feirantes, para que fosse levado ao conhecimento de seu mentor partidário, e assim tomar as medidas necessárias que resolvesse antigos problemas inúmeras vezes reivindicados pelos trabalhadores na feira. Uma vez esclarecida esses impasses não previstos em campo, aquela mulher que havia feito todo tumulto me tranquilizou com palavras cordiais, motivadoras, e se tornou daquele momento em diante uma de minhas informantes mais dedicada e confiável.

Nesse aspecto, pude estender minha relação a outras barracas e os feirantes passaram a confiar cada vez mais em minha presença naquele espaço facilitando, contudo, a obtenção de dados de campo e criando os laços sociais com eles, fenômeno este fundamental e precioso para os trabalhadores informais. Sempre que chegava a barraca era convidado a tomar um copo de café, normalmente feito de madrugada antes de o feirante sair para trabalhar, mas que ainda está “quentinho”, ou um copo de suco que ainda estava gelado devido ao excesso de gelo que os trabalhadores consomem com a garantia em manter a bebida conservada até o término do expediente e também ter a sua disposição uma fonte de água limpa e gelada para que possam aliviar o calor e controlar a desidratação.

Certamente, eu aproveitava esses rituais de socialização de bebida e conversas animadas, do qual eu inclusive fazia parte, para conversar e observar a formação social das barracas e as redes de reações ativadas no desempenho da atividade econômica informal. Por várias vezes, descreverei os grupos de parentesco como instituição indispensável na

⁵Para um trabalho mais detalhado de inúmeras *saias justas e jogos de cinturas*, fruto da experiência etnográfica de jovens antropólogas brasileiras que se aventuraram em campo ver (Bonetti; Fleischer, 2007).

composição social das barracas (tema narrado no capítulo II), sendo esses núcleos familiares à motivação principal das relações sociais operando as práticas econômicas informais responsáveis pela sobrevivência daquelas famílias. Nessa perspectiva, descreverei uma série de relações sociais baseadas em princípios de reciprocidade, amizade, confiança, solidariedade, ajuda mútua, explicitamente sustentadoras do mercado informal de roupa e que estão presentes em todas as fases de desenvolvimento da informalidade praticada na feira.

CAPÍTULO I

A ECONOMIA DO DOM

A discussão sobre a dádiva remete ao início do século XX, quando o estudioso francês Marcel Mauss (1872-1950), publica o *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (1924). Nessa obra, Mauss (2003 [1924], p. 188) procurava responder a pergunta:

[...] *Qual a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente dado seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz com que o donatário a retribua?* Eis o problema ao qual nos dedicamos mais especialmente, ao mesmo tempo em que indicamos outros. Esperamos dar, por um número bastante grande de fatos, uma resposta a essa questão precisa e mostrar em que direção é possível lançar um estudo das questões conexas [...] (*Grifos do autor*).

Segundo seu biógrafo, Marcel Fournier (2003), Marcel Mauss não chegou a fazer o prestigiado trabalho de campo ou uma etnografia de alguma sociedade primitiva, porém sua brilhante carreira como antropólogo esteve ligada a uma intensa produção teórica baseada em trabalhos empíricos confiáveis e de muita qualidade (Lanna, 2000, p.175). Desse modo, o que encontramos no *Ensaio sobre a dádiva*, é fruto da análise do trabalho de campo de antropólogos consagrados à época, como B. Malinowski, F. Boas, R. Turnwald, Elsdon Best, entre outros. Partindo, então, de um vasto material etnográfico, colhido na Polinésia, América do Norte, Melanésia, e na antiga Europa, Mauss dá uma contribuição ao problema levantado por ele: o que faz com que uma pessoa obrigatoriamente retribua um presente recebido? A resposta veio com o *hau* – espírito das coisas dadas –, categoria indígena explicada pelo nativo Maori ao etnógrafo Elsdon Best.

A propósito do *hau*, do espírito das coisas, em particular o da floresta e dos animais de caça que ela contém, Tamati Ranaipiri, um dos melhores informantes maori de R. Elsdon Best, nos oferece inteiramente ao acaso, e sem nenhuma prevenção, a chave do problema (MAUSS, 2003, p. 197).

Naturalmente o *Ensaio sobre a dádiva* se estende muito além da constatação dessa explicação nativa. Assim, o que estamos interessados em explorar da obra de Mauss, é o papel central que as prestações de dádiva exercem no conjunto das relações sociais, econômicas, jurídicas, políticas.

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constatam, por assim dizer, simples troca de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre os indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente num terreno, seja por intermédio de seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo. Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação das riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente (MAUSS, 2003, p. 190-2).

Através desse recorte chegarei à tese fundamental de Mauss, para quem a vida social é marcada por um constante dar-e-receber (Caillé, 2002; Lanna, 2000). Nesse aspecto, Caillé (1998 apud SABOURIN, 2008) argumenta: “Em certo sentido, a dádiva não é nada desinteressada. Simplesmente, privilegia os interesses de amizade (aliança, amabilidade, solidariedade...) e do prazer ou da criatividade sobre os interesses instrumentais e sobre a obrigação e a compulsão”. Dessa maneira, as prestações totais discutidas no *Ensaio* são enigmaticamente espontâneas e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, produzidas no seio dos sistemas de dádivas e se caracterizam como a moral que regem as trocas e os contratos humanos e a consolidação das alianças sociais, ou seja, a rocha que fundamenta todas as relações nas sociedades complexas.

A Feira e o fato social total

Através da lente teórica do fato social total⁶ introduzida por Marcel Mauss em seu clássico *Ensaio Sobre a Dádiva*, descrevo o caso da família de Marta⁷, feirante que ocupa

⁶ De acordo com Mauss (2003 [1924], p. 187): “[...] Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos [...]”

uma modesta barraca na feira, atua e vive diretamente do comércio informal de roupa aproximadamente quatro anos. Marta tem 19 anos e um filho de três anos de idade, sua mãe é costureira, porém trabalha apenas em casa fazendo pequenos “bicos”, e seu padrasto é um homem de cinquenta e cinco anos, desempregado há três anos, auxilia as mulheres da família na venda de roupas usadas na feira. A relação de parentesco, reciprocidade, confiança, amizade, estabelecida no cotidiano das atividades econômicas informais entre os vários feirantes parentes e amigos que compõem as barracas e a feira como um todo, é do ponto de vista etnográfico, um importante campo ampliado de diferentes instituições e práticas sociais unidas e sintonizadas, regulamentando a informalidade e as leis próprias que a regem, desempenham basicamente dupla função: promover o sustento da família; e regular e consolidar as extensas redes de intercâmbio recíproco, praticada no centro da feira e que serve de estrutura e mecanismo para o desenvolvimento da economia que escapa aos dispositivos de segurança e controle da governamentalização do Estado.

Marta divide a mesma barraca de roupas com sua mãe, no qual existe uma separação em tabuleiros entre seus produtos e os de sua mãe para que não haja confusão de roupas no momento de guardá-las quando estiver na hora de ir para casa. A barraca de sua família é pequena e improvisada, não obstante, para não haver dúvidas quanto às mercadorias de Marta organizada do lado direito da barraca e de sua mãe expostas do lado esquerdo, elas dividem a barraca bem ao centro por uma faixa contínua de roupas. Essa divisão é importante porque demonstra o nível de organização dos produtos na barraca e esse evento facilita no momento de comercializar as roupas, pois estas sempre estão visíveis e bem distribuídas de maneira a tornar a propaganda e efetivação da venda mais dinâmica. Por várias vezes, Marta vende roupas de sua mãe para ajudá-la e esta para retribuir a gentileza prestada pela sua filha, cuida do filho desta, o alimenta e também doa algumas peças de roupas não avariadas para Marta vender e assim aumentar sua renda devido às circunstâncias em ter que cuidar de uma criança.

O papel do padrasto de Marta na economia informal praticada pela sua família aparentemente não parece ser essencial, porque ele está na maioria das vezes sentado em volta a barraca, passeando pela feira ou se alimentado dos produtos manufactureiros e industriais comercializados na feira ao longo da manhã. O padrasto de Marta de fato não atua diretamente na comercialização dos produtos, cabendo essa atividade informal praticada pela família as mulheres, porém sua participação nesse comércio de roupas é importante porque está restrita a montagem e desmontagem da barraca, prestação de serviços como pegar água

⁷ Os informantes optaram por não terem suas identidades reveladas. Por total respeito as suas decisões, todos os nomes citados nesta monografia se trata de pseudônimos.

para elas beberem, trocar dinheiro, comprar lanches e tomar conta da barraca quando Marta e sua mãe precisam se ausentar. A participação do padrasto de Marta nas atividades econômicas desempenhadas na feira se dá enquanto prestação de serviços de instalação e manutenção da barraca da família, evidenciando a força dos laços sociais e a imposição moral da divisão do trabalho entre os feirantes. A presença da mão de obra do padrasto de Marta é marcada pela responsabilidade em estruturar a barraca e auxiliar nas atividades informais desempenhadas pela sua esposa e filha na feira, no entanto, há uma terceira justificativa, o fato de esses agentes estarem consolidando suas relações de parentesco, confiança e reciprocidade como fundamento para a sobrevivência do grupo doméstico.

Dessa maneira, os negócios informais pertencem unicamente a Marta e sua mãe, pois são elas as legítimas proprietárias das mercadorias comercializadas informalmente na feira, não obstante, o padrasto de Marta também exerce funções essenciais, a de instalar e desinstalar a barraca além de prestar outros serviços importantes ao funcionamento do negócio informal da família como fazer propaganda dos produtos, anunciar preços e promoções, comprar lanche, vigiar a barraca e acompanhar Marta e sua mãe ao longo das manhãs de domingo, sempre bem disposto, conversando, narrando histórias e exprimindo sorrisos amistosos.

Marta divide um apartamento 4x4 m², com sua irmã mais velha, no qual todas as despesas e as tarefas domésticas são reciprocamente compartilhadas, embora Marta reconheça que nem sempre a renda produzida no mercado informal de roupas novas e usadas seja o suficiente para suprir suas necessidades e as de seu filho. Em virtude da informalidade não proporcionar uma vida mais confortável para a família de Marta, esta já planejou várias tentativas em abonar as atividades na feira e se empregar de carteira assinada, pois assim teria segurança social e econômica. A mãe de Marta lamenta e demonstra preocupação pelo fato de sua filha mais nova não morar em sua residência, porém respeita a decisão de Marta, já que foi esta quem tomou livremente a iniciativa de morar com sua irmã. Segundo Marta, a relação com sua irmã é tranquila e sem problemas de convivência e ambas se sentem mais a vontade morando juntas no mesmo apartamento, porque são jovens mães, grandes amigas e também confidentes. Essa relação estreita entre as irmãs amigas é fundamental para o processo de educação das crianças e elas não abrem mão de poder trabalhar e proporcionar um futuro melhor para seus filhos, oferecendo a sonhada oportunidade de obterem uma formação acadêmica e profissional. Por essas razões Marta optou por morar com sua irmã e mesmo esta não atuando diretamente nas atividades econômicas da família, representa um papel fundamental para a consolidação do circuito econômico informal praticado na feira.

Voltemos rapidamente à barraca da família de Marta, onde demonstrei a sutil divisão do trabalho que separa as roupas dessa jovem das roupas de sua mãe. Embora essa relação não dual represente a mesma estrutura física, é importante ressaltar o papel singular do padrao de Marta nesta atividade informal e o nível de organização que as famílias atuantes na feira demonstram no momento de praticarem suas atividades econômicas. Ao longo da manhã de domingo são várias as conversas e brincadeiras para ajudar passar o tempo e enquanto se trabalha e torce para que seja um dia de *bons negócios*⁸. Os membros familiares de Marta estendem as relações sociais para outras barracas adjacentes e essa prática é comum na feira, assim as redes de sociabilidades se espalham rapidamente entre os feirantes alcançando proporções desejáveis para a consolidação do mercado informal de roupas. Por várias vezes esses feirantes amigos/vizinhos transitam incansavelmente pela feira e de barraca em barraca ele trocam favores, amabilidades, compartilham alimentos, bebidas e despesas com transporte da mercadoria. Com o tempo as dimensões da vida social envolvem mais feirantes e a barraca da família de Marta é apenas um exemplo da importância que as relações sociais exercem sobre os aspectos econômicos e sociais do conjunto de barracas que formam a feira de roupas, ou seja, a vida econômica é fortalecida pelas alianças sociais consolidadas pelos trabalhadores informais que se valem das mais diversas formas de instituições: familiares, políticas, econômicas, morais. Apesar de ter iniciado essa discussão exemplificando a família de Marta somente, esta é uma representação ilustrativa da extensão do problema suscitado neste texto, cuja análise envolve os demais grupos de parentescos. No circuito mais geral das relações sociais, as outras famílias que atuam no comércio informal de roupas socializam palavras e ações solidárias no sentido de fundamentar suas práticas econômicas estruturadas nas instituições sociais tradicionais e pelo interesse constante em aprofundar à amizade, a reciprocidade, a confiança, aos agentes que simbolicamente colocam o mercado informal de roupas em operação.

As Relações de Amizade

As barracas de roupas em sua maioria são formadas por famílias elementares, todavia, a feira enquanto espaço de sociabilidade e renda reflete outras dimensões da vida social que também são importantes para a compreensão das práticas econômicas informais. As relações de amizade, o “valor confiança”, a reciprocidade, a solidariedade, a vizinhança,

⁸ Expressão comum entre os feirantes. Significa simbolicamente pedir ajuda as potências místicas e assim imaginar positivamente que o dia será de vendas aquecidas e dinheiro no bolso.

são algumas das instituições que sustentam implicitamente o comércio informal de roupas estabelecido na rua.

Joana e Roberta são duas feirantes que se denominam reciprocamente amigas. Elas trabalham e dividem a mesma barraca na feira há cinco anos. Elas vendem roupas novas importadas da região nordestina brasileira e vivem diretamente da renda obtida com a atividade informal. Como muitas vezes o que elas conseguem vender aos domingos não é o suficiente para atender as necessidades domésticas, elas resolveram trabalhar durante a semana vendendo roupas de casa em casa. Essas trabalhadoras moram juntas e dividem todas as despesas domésticas, porém seus negócios são independentes, isto é, cada uma delas é responsável por comprar seus produtos e vendê-los na feira e nas casas em vários bairros da cidade de Macapá. Através da iniciativa de oferecer os produtos de porta a porta durante a semana, as amigas puderam conhecer mais pessoas e consolidar novas amizades e clientes que começaram a fazer parte da rotina das trabalhadoras informais. Não há disputa por território ou clientes porque as feirantes criam uma espécie de mapa mental, o qual facilita as ações nos bairros e a distribuição dos seus negócios nestes, tendo como consequência positiva a ampliação da margem de venda e estabilidade na renda. Assim, elas podem vender suas roupas em regiões diferentes visando em comum à quantidade de consumidores/amigos atraídos pela qualidade de suas mercadorias e pelas relações sociais que elas conseguem canalizar em função de suas atividades econômicas. Existe uma rede de intercâmbio recíproco que as permitem trabalhar e manter ativo seu comércio informal na medida em que essas relações se estendem para além dos falsos limites da esfera econômica informal. As duas amigas não costumam estabelecer competição ou rivalidade por mercado e suas relações econômicas normalmente não são de barganha e troca mercantil, porém o que elas privilegiam é a confiança, ajuda mútua e amizade no desempenho de suas atividades informais. Desse modo, os principais fatores de integração econômica, regulamentação das relações sociais e seguridade social são os responsáveis pela sobrevivência dos trabalhadores informais e essas instituições demonstram uma organização social específica que preenche as carências inevitavelmente impostas pela ineficiência de investimento do poder público.

Os indivíduos que vivem de atividades econômicas às margens do marco legal do Estado têm as relações sociais precedentes como recíprocos instrumentos de atuação na esfera econômica e reivindicação de melhores condições de vida. As feirantes Joana e Roberta ao trabalharem sob o mesmo ponto se utilizam dessas redes de relações tradicionais para resolverem os problemas decorrentes de suas atividades informais como pressão fiscal da administração pública, e as variações climáticas da cidade de Macapá. Elas e outros feirantes

afirmam já terem feito vários protestos à prefeitura de Macapá em face da negligência com os trabalhadores na feira. Sempre que a fiscalização formal chega à feira os trabalhadores imediatamente são informados pelo primeiro feirante quem avistou os fiscais. Esse processo permite que muitos trabalhadores partam em retirada, embora alguns em número maior prefiram, como forma de protesto e indignação, esperar e enfrentar as sanções do Estado. Assim, os feirantes convivem basicamente com uma dupla jornada instável, fugir das pesadas notificações formais e suportar a dor de ver suas barracas sendo destruídas por forças armadas do Estado e, aprender a trabalhar sob a pressão da natureza, pois com as fortes chuvas, os produtos das barracas mais improvisadas sofrem danos e os feirantes contabilizam prejuízos. Estes, contudo, não são maiores porque a solidariedade e ajuda mútua entre os feirantes diminuem os impactos de ambos os lados negativos para quem atua e sobrevive do comércio informal de roupas. Vários feirantes acabam dividindo suas barracas e lonas plásticas com aqueles mais afetados pela chuva e com as repressões das fiscalizações da Prefeitura.

No discurso das amigas, é evidente um estado de revolta com a falta de infraestrutura na feira e elas apontam como principal responsável pela precária situação em que trabalham a administração pública. Como esta realiza constantes intervenções repressivas aos trabalhadores informais não regulamentados, na visão das amigas feirantes essa esfera burocrática e jurídica também deveria ser responsável pela estruturação física e previdenciária para os trabalhadores. Certamente essas necessidades não são amenizadas e como as amigas feirantes têm consciência de suas reivindicações não serem atendidas, elas garantem continuar lutando por melhorias no espaço da feira, afirmam também que continuarão desempenhando suas atividades informais.

A racionalização econômica e utilitarista defendida pela escola de economia clássica não é o principal elemento que fundamenta as relações econômicas e sociais desenvolvidas na feira de roupas. Uma crítica de natureza inovadora aos postulados etnocêntricos dos economistas clássicos, entre eles Adam Smith, é aquela proposta por Godelier (1966) ao analisar os modelos economicista e contrapô-los a perspectiva antropológica. A racionalidade econômica de mercado teorizada pela Escola Clássica e Neoclássica tentava universalizar seus princípios utilitaristas de barganha, permuta e troca. Nesse sentido, nasciam a partir do século XVIII as falácias economicista de *Homo economicus* e mercado auto-regulável, este dominado pela fantasmagórica mão invisível da economia e questionado por Polanyi (1978) como fazendo parte de uma inconsistente mentalidade obsoleta mercantil. As amigas que trabalham e dependem unicamente da economia informal e dividem a mesma barraca improvisada não formalizam os custos e benefícios do comércio

informal e suas ações econômicas não estão instrumentalizadas por aparelhos modernos de administração e contabilidade. Essas trabalhadoras informais não acumulam investimentos e suas condutas econômicas não atuam no sentido de racionalizar seus meios e escolhas em benefício de salvaguardar o maior grau de interesse e satisfação pessoal. O cálculo econômico comum das esferas formais da economia cede lugar às extensas redes de relações sociais que estruturam as trocas informais praticadas por Joana e Roberta.

Reciprocidade e o Circuito popular do dinheiro

A popular troca de dinheiro – essa expressão do ponto de vista nativo significa quando um determinado vendedor não dispõe do valor exato para realizar o troco do cliente e assim efetivar seu acordo econômico informal. Para não perder a venda o feirante recorre a outros vendedores, inclusive de mesmo produto, para trocar a cédula de maior valor por outras de valores menores, mas equivalente à cédula superior. Quando os feirantes amigos não conseguem efetuar a troca eles simplesmente emprestam a quantia necessária para que o feirante que iniciou o circuito popular do dinheiro concretize seu negócio informal. O empréstimo de pequenas quantias em dinheiro ou a troca deste entre os feirantes se constitui como uma fonte segura de relações sociais de reciprocidade e confiança. Essas relações aparentemente comuns na feira representam uma dimensão da vida dos trabalhadores informais fundamental para a consolidação das suas atividades econômicas e das redes sociais. Nesse circuito popular do dinheiro são evidentes algumas obrigações morais impostas para aqueles que fazem parte desse importante mecanismo de controle e regularidade das vendas informais. O feirante que precisou da ajuda mútua de outros feirantes para consolidar uma troca econômica sabe que quando for solicitado obrigatoriamente deve atender ao pedido ou ajuda daquele que horas ou dias atrás o ajudou destrocando ou emprestando determinada quantia em dinheiro para fornecer o troco de seu cliente.

Godelier destaca que na modernidade as relações de dádiva e a extensão das redes sociais é um fenômeno inteiramente presente e a importância dessa constatação desmistifica a falsa ideia de que essas relações estavam presentes apenas nas sociedades primitivas e que foram sucumbidas com o advento da economia de mercado. De acordo com o autor:

É fato de que o dom, como ato de dar, doação, como prática real, é um elemento essencial da produção-reprodução das relações sociais objetivas e das relações

sociais, subjetivas e intersubjetivas que são seu modo concreto de existência, o dom como prática faz parte, simultaneamente, da forma e conteúdo dessas relações (GODELIER, 2001, p.160).

A extensa rede de relações sociais que envolvem os feirantes que participam do circuito popular do dinheiro é um exemplo concreto de que as práticas econômicas do homem encontra-se, regra geral, submergida nas suas relações sociais (Polanyi, 1978). Na medida em que os feirantes se utilizam dessas redes para desenvolverem seu comércio informal novas alianças sociais são consolidadas. Os ritos de passagem são representados pela circulação do dinheiro como um bem simbólico e econômico, no qual a reciprocidade, amizade e confiança ocupa uma das extremidades e a satisfação material exerce conseqüentemente a outra parte desse fato social total.

Esse complexo circuito de obrigações, trocas, prestações e contraprestações não se tratam de situações opostas ou paralelas ao mercado capitalista. O que estou propondo é analisar essa corriqueira prática – *trocar ou emprestar dinheiro* para efetuar o troco do cliente – entre os feirantes informais como um fenômeno significativo das relações sociais e das trocas econômicas. As dívidas geradas no circuito popular do dinheiro não são sanadas imediatamente e por várias vezes quem emprestou a quantia reivindicada somente paga sua conta depois de um tempo considerável. Sem pagar nenhum tipo de juros e sem se recusar a emprestar ou trocar o dinheiro, os feirantes privilegiam os laços de amizade e confiança como mecanismos essenciais para sua prática econômica. Um aspecto interessante desse complexo sistema de troca é o fato de os feirantes não se recusarem a trocar ou emprestar dinheiro, embora se trate de trabalhadores que comercializam a mesma mercadoria, que em outro contexto essa prática seria impossível ou irracional do ponto de vista da economia de mercado. Porém, os feirantes racionalizam suas atividades econômicas informais tendo como princípio aspectos morais, preocupados em manter uma atmosfera econômica saudável, no qual o clima de conflito e competição apenas arruinaria suas atividades informais.

O fato de um determinado trabalhador se recusar a retribuir uma ajuda ao amigo mesmo quando este já o ajudou, ou seja, lhe ofereceu uma dádiva, significa inevitavelmente *declarar guerra*, quebrar os laços que os unem através da economia informal praticada na feira. Nessa perspectiva Mauss (2003 [1924], p191) argumenta que:

[...] Ademais o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São antes de tudo amabilidades,

banquetes, ritos [...] feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos [...] Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública.

Um estudo também importante para a compreensão das redes de intercambio recíproco são os trabalhos etnográficos da pesquisadora Larissa Lomnitz (1989; 1988; 2004). Numa leitura atenta na década de 1970 sobre a realidade dos moradores das miseráveis favelas do México, Lomnitz identificava as redes sociais tradicionais operando como instrumentos de seguridade social para os indivíduos marginalizados. As relações sociais contribuía para inclusão social dos favelados e proporcionava os grupos que sobreviviam as margens da sociedade industrial moderna destaque econômico e político no cenário nacional. Segundo Lomnitz (1989, p.99):

Existe una organización social de los marginados: las *redes de intercambio*, que suplen la carencia de seguridad y actúan como mecanismo de seguridad social. Estas estructuras sociales [...] representan una recombinação de instituciones sociales tradicionales (tales como la familia, el compadrazgo, la amistad) para enfrentarse a los cambios ecológicos. Representa un importante mecanismo de adaptación el nuevo medio ambiente socioeconómico de la gran ciudad.

As redes de intercambio recíproco destacadas pela autora significavam muito mais do que uma simples abstração natural do convívio humano. As relações sociais tradicionais desempenhadas tanto pelos moradores das favelas mexicanas quanto pelos trabalhadores informais da feira de roupas representam verdadeiras estruturas sociais que permitem a esses agentes sobreviverem frente às instabilidades de suas atividades informais e formarem mecanismos de adaptação às novas transformações do mundo do trabalho moderno. Essas redes sociais demonstradas por Lomnitz através de suas pesquisas de campo em *Cerrada Del Cóndor* são em parte exemplificadas pelo circuito popular do dinheiro na feira. Essa estrutura social específica que os feirantes desempenham possibilita suprirem carências socioeconômicas impostas pela situação de marginalidade no mercado de trabalho formal além de garantirem estabilidade em suas relações sociais e segurança econômica face as instabilidade de quem trabalha e vive as margens das regulamentações do Estado. Segundo Lomnitz (1989, p.26):

Sobre la precaria base económica de la marginalidad se ha levantado una estructura social específica, propia de este nicho ecológico, que tiene la característica de

garantir una subsistencia mínima durante los periodos más o menos largos e irregulares de inactividad económica. Esta estructura social comporta el predominio de un cierto tipo de agrupación: las redes de intercambio entre parientes y vecinos. Proponemos que estas redes de intercambio representan el mecanismo socioeconómico que viene a suplir la falta de seguridad social, remplazándola con un tipo de ayuda mutua basado en la reciprocidad.

A economia popular desenvolvida na feira não se concentra sobre os antigos e obsoletos princípios universais dos economistas clássicos. A resposta à falsa ideia economicista que o homem atua somente em torno de satisfazer seus interesses pessoais e maximizar seus ganhos materiais através da psicologia do *Homo Economicus*, foi criticado no século XX com os trabalhos de campo de Malinowski e em seguida pelos representantes da escola econômica substantiva com Polanyi. A economia praticada na feira revela um campo significativo de relações sociais tradicionais de parentesco, reciprocidade, confiança, amizade, vizinhança, dádiva, como fundamento das dimensões da vida social e simbólica imprimindo ritmo, seguridade e regularidade as práticas econômicas informais.

O intercâmbio de bens e serviços

A roupa – principal mercadoria comercializada na feira – desempenha papel aparentemente dualista no mundo dos negócios informais. Esse importante bem econômico para a economia informal na feira exerce simultaneamente as seguintes funções: (a) simbólica criadora e fortalecedora de vínculos sociais. (b): racional-econômica típica dos mercados capitalistas. O primeiro papel faz parte do universo das relações sociais que são acionadas para que a roupa chegue até a feira, isto é, na barraca do trabalhador informal. Esse amplo sistema de trocas é operado pelas multifacetadas sociais e culturais decisivas para a fonte que alimenta o fornecimento de mercadorias de uma parcela significativa do comércio informal. O segundo papel está relacionado ao intercâmbio desse bem entre os feirantes. Este é interpretado a partir de uma perspectiva racional de mercado que tem como base as redes de relações sociais de confiança e amizade. Na prática esses papéis se confundem ou são indistintos e as regras do jogo econômico são indissociáveis das relações sociais e políticas. Existe, desse modo, um intercâmbio de roupas entre os próprios feirantes e essa inusitada troca está apoiada em um sistema de relação que envolve interesses econômicos e não econômicos.

A troca de roupas entre os trabalhadores ocorre quando um determinado feirante visita outras barracas observando peças de roupas não avariada com objetivo de

comprá-la a um preço mais baixo, para isso ele se vale das relações de amizade com a família de feirantes que compõe barraca, e em seguida ele revende a roupa por um preço mais alto, pois passa ser o único com tal peça na feira, ou às vezes ele resolve usá-la ou presentear amigos e parentes. O feirante interessado em comprar a roupa de outro feirante amigo/vizinho celebra a troca imediatamente sem que a relação entre eles seja afetada, ou seja, a política de troca adotada pelos amigos contratantes no mercado informal se efetiva porque os trabalhadores não trocam com qualquer indivíduo, ao contrário, eles celebram os contratos com famílias próximas da sua e com forte relação de confiança e reciprocidade.

Embora seja evidente um princípio de interesse econômico nesse contrato, este se torna frágil pelo fato de ambas as partes contratantes se sentirem satisfeitas com a troca. Um feirante que vende uma roupa para outro feirante se considera importante porque seu amigo honrou sua palavra e foi comprar diretamente com ele. Quem vendeu uma roupa para outro feirante acredita que este somente comprou com aquele porque são amigos e tem certeza que a relação de confiança, amizade e consideração existente entre eles são mais essenciais que os fatores puramente mercadológicos. Nesse aspecto, por mais que muitos feirantes gerem mais renda nesse sistema do que outros, as redes sociais não são afetadas, isso significa que o fantasma utilitarista ou os elementos simplistas de compra e venda são momentos secundários na atividade informal de roupa.

A importância que a categoria *fiado*⁹ exerce para o intercâmbio de bens entre os feirantes é fundamental para o sucesso do sistema de prestação total de roupas. O feirante nem sempre tem o dinheiro da roupa no momento da compra, porém ele se utiliza das relações de amizade e confiança para levar a mercadoria e pagar por ela algum tempo depois. O fiado é um elemento fortemente presente na relação econômica informal e os feirantes adeptos desse princípio moral acreditam ser este o principal fator de integração e fortalecimento da economia praticada na feira. Sendo o fiado socialmente reconhecido, os feirantes sabem que não é para qualquer indivíduo que se vende uma mercadoria para pagar posteriormente, dessa forma, essa prática comum possibilita que muitos feirantes comercializem seus produtos exclusivamente dentro do circuito informal da feira, aumentando sua renda familiar e ajudando solidariamente a família dos amigos feirantes.

Assim, o intercâmbio de bens e serviços praticado na feira alcança um número significativo de feirantes e mesmo havendo trabalhadores que implicitamente discordam dessa

⁹Expressão usada quando um feirante normalmente compra uma roupa para pagar posteriormente. Essa relação é comum e na maioria das vezes o feirante que não concorda que outro feirante compre roupas entre si por uma questão de ética também participa desse circuito pelo receio que tem de perder a amizade e a confiança adquirida ao longo do desenvolvimento das atividades econômicas informais na feira.

troca por julgá-la imprópria já que se trata de famílias que vedem o mesmo produto, finalizam fazendo parte da celebração do contrato com receio e temor em desfazer os vínculos sociais. Pela profundidade dos laços que unem os trabalhadores informais é inevitável não participar do sistema de troca interno paralelo ao mercado informal desenvolvido na feira de roupas. Simultaneamente a obrigatoriedade e espontaneidade se fazem presentes tanto nas relações sociais quanto nos contratos que envolvem os feirantes nesse circuito econômico. A regra moral presente no jogo político da troca de roupa entre os feirantes são os constantes pedidos, aceitações e retribuições de dádiva como sendo a grande rocha humana que sustenta as instituições sociais, econômicas, jurídicas.

Outro aspecto importante desse intercâmbio é que nem sempre a roupa comprada de um feirante por outro tem como destino a comercialização em sua barraca. Existem vários casos em que o feirante compra determinada roupa porque gostou do modelo e estado do produto, com isso o trabalhador informal compra a roupa para usá-la ou presenteá-la e não para servir como mercadoria com um preço mais elevado na feira. Não obstante, os dois papéis básicos desempenhados pelo fetiche da roupa representam dimensões sociais e econômicas que estão relacionadas a uma prática moderna de relação de dádiva, no qual esta passa por constantes evoluções e adaptações necessárias para o contexto das sociedades complexas (Sabourin, 2000; 2008).

Além da compra e venda de roupas entre os feirantes que ora visam nessa relação o próprio mercado consumidor externo, ora tem como meta o uso pessoal ou dom a ser doado, são frequentes palavras cordiais e trocas de amabilidade que acabam significando importantes mecanismos de manutenção e consolidação das relações sociais. Isto é, algumas vezes um trabalhador necessita urgentemente se ausentar de seu negócio e conta com a ajuda do feirante vizinho para cuidar de sua barraca enquanto estiver ausente. Em outras palavras, o que aparentemente é visto como um simples favor se transforma numa representação da dimensão simbólica fundamentalmente implícita que envolve e fortalece os laços de amizade e confiança entre os feirantes e simultaneamente estrutura as atividades econômicas informais num generalizado nível de organização e integração social. O intercâmbio de bens e serviços entre os trabalhadores demonstra que certas relações econômicas e políticas são essências para o funcionamento da economia informal na sociedade complexa.

Ao interpretar o intercâmbio de bens e serviços entre os feirantes esse ritual se configura numa versão contemporânea e mutável das relações de dádiva, sem, todavia, descaracterizar a essência desse fenômeno responsável na modernidade por criar alianças sociais coabitando com as diferentes atividades econômicas. Lanna (2008, p.192) argumenta

que: “a felicidade humana não está em outra parte que não seja no dar e receber, no respeito mútuo e na generosidade recíproca.” Desse modo, embora alguns feirantes não reconhecerem como legítimo as inúmeras trocas interessadas de roupas entre eles, não se recusam a participar desse evento, levando em consideração as amizades e o “valor confiança” que estão em jogo e que não podem ser perdidas caso não ocorra cerimonialmente às prestações e contraprestação do ato de dar, receber e retribuir.

Como ferramenta essencial das relações sociais tradicionais, sobretudo para os agentes que operam no mercado informal, Lomnitz (2004, p.3) resume a importância do “valor confiança” para o mundo da economia informal. De acordo com essa autora:

La confianza interpersonal es el prerequisite para que el flujo de intercambio recíproco de bienes y servicios se lleve a cabo. Estos intercambios recíprocos constituyen la base de una economía informal organizada alrededor de redes sociales basadas en la confianza, que le permiten al pobre adquirir lo mínimo necesario para su supervivencia.

Observo que as práticas de intercâmbio de bens e serviços na feira descrita sumariamente são recíprocas e seu funcionamento está relacionado às importantes redes de relações sociais de amizade e confiança que se entrelaçam com aspectos econômicos e culturais. Nessa perspectiva a abordagem desse fenômeno na contemporaneidade é uma tentativa de reacender uma tradição holística da antropologia e relativizar os conceitos etnocêntricos da escola de ciência econômica clássica e formalista a luz das relações interpessoais e agrupamentos humanos organizados que estruturam a vida econômica, social e política dentro do grupo de trabalhadores informais.

O Teatro do Cotidiano, Informalidade, Socialização de Alimentos e bebidas

Um aspecto essencial para este estudo é a profundidade das alianças sociais estabelecidas e consolidadas pelos agentes na feira e o papel central desses laços para o funcionamento da economia informal. É subjacente a importância das relações amistosas, recíprocas, solidárias, que esses trabalhadores desempenham como mecanismo de seguridade social e inclusão econômica. Isto é, devido às circunstâncias de se viver na informalidade e do excesso de preconceito e marginalização que atinge os feirantes e suas atividades econômicas, estas ainda são identificadas como anomalia social e perturbadora da ordem jurídica e econômica.

A economia informal na atualidade é ressaltada como um fenômeno global e suas estruturas contrariam à lógica puramente economicista de mercado e as interpretações vulgares às quais esteve submetida no século XX. Nessa perspectiva Lomnitz (1982, p.21) argumenta que: “La economía informal y las redes sociales de reciprocidad basadas em ayuda mutua y confianza constituyen em la era global estrategias primordiales de supervivência para uma gran parte de la población mundial”. A complexa extensão dessas redes de agentes informais, ilícitos e ilegais é responsável por desenvolver um ambiente multissituado que evidencia os principais aspectos etnográficos que promove, fortalece e consolida a informalidade em nível local, nacional e transnacional (Ribeiro, 2007; Pinheiro-Machado, 2008a; 2008b; Cunha, 2006, Sousa, 2004, 2006).

As etnografias realizadas pelos autores acima demonstram em geral as inúmeras relações sociais estruturando as atividades econômicas não regulamentadas pelo Estado. Os trabalhadores informais na feira privilegiam a força desses laços para a manutenção e fortalecimento da economia informal. Existem vários circuitos de conversas e brincadeiras descontraídas e às vezes desconcertantes, capazes de promover uma atmosfera de mútua cordialidade e amizade tendo como base as relações jocosas que tratam de assuntos pessoais como família, divertidos como suas histórias de vida, polêmicos como adultério e prostituição. Momentos como esses são interpretados pelos feirantes como lazer e entretenimento. Houve uma ocasião em que os trabalhadores tratavam bem humorados do suposto “chifre”¹⁰ de um amigo feirante que estava presente no momento da conversa. Essa relação jocosa é a mais comum entre os feirantes e eles tratam esses assuntos de maneira divertida e humorada durante todos os ciclos de conversas e brincadeiras. Observei um momento como esse quando estava próximo de um grupo de trabalhadores (homens e mulheres) que se concentravam para dividir alguns salgados, doces e dois litros de refrigerante. Enquanto não havia clientes nas barracas os trabalhadores resolveram comentar satiricamente o fato de um possível feirante ter levado “chifres” de sua esposa. Em ambiente festivo de fortes gargalhadas e piadas desconcertantes, o mais espantoso dessa relação é a continuidade do clima de amizade, cordialidade e descontração que rompe com o estado precário da atividade informal, o medo das fiscalizações da prefeitura e, sobretudo derruba o pressuposto competitivo por mercados entre os trabalhadores. Outro evento curioso dessas relações sociais é o fato de serem tratadas no âmbito do trabalho que é visto como um espaço de impessoalidade e de racionalidade utilitarista do ponto de vista da esfera econômica

¹⁰Expressão conhecida popularmente para se referir ao adultério.

formal. Contudo, é na arena do trabalho que os circuitos de sociabilidade permitem a economia informal se desenvolver na feira ao mesmo tempo tendo como importante função subverter o cotidiano fatigante e dramático dos trabalhadores informais e instalar um ambiente festivo e alegre teatralizado através de papéis sociais interpretados pelos próprios atores sociais.

A compreensão da vida social desses trabalhadores a partir dos especiais momentos de lazer e divertimento que para eles são vistos como engraçados é essencial para relativizar os conceitos economicistas debatido entre as escolas econômicas Substantivista e Formalista durante o século XX. As importantes cerimônias de socialização de alimentos e bebidas que envolvem os trabalhadores informais dentro de uma unidade concreta – nos quais estes dramatizam e teatralizam sua situação social e interpretam papéis sociais de seu duro cotidiano – são as estruturas empíricas de suas atividades econômicas informais. Desse modo, nas redes de conversas prevalece o bom humor, piadas, histórias de vida, ritos de consolidação das relações pessoais, mecanismos estes indispensáveis para a manutenção e fortalecimento das alianças sociais.

Outro aspecto subjacente das relações sociais desempenhadas pelos trabalhadores informais é o uso da dádiva das palavras como mecanismo de integração ao grupo e de incentivo a propagandas criativas e caricaturais dos produtos a serem comercializados. Essa nova dimensão de universo simbólico produzido pelos agentes informais é interpretada nesse mercado como um importante ritual de socialização crescente entre feirantes e consumidores dos produtos informais. A dádiva das palavras faz parte do conjunto de dons e contradons que são observados no comportamento dos agentes informais por intermédio da subjetividade dos interlocutores e dos objetivos e interesses visando através do campo da conversação manter boas relações sociais. Para Caillé (2002, p.101) “Se o dom de solicitação é aceito, se, portanto, os protagonistas reconhecem entre si uma forma ou outra de paridade, então pode abrir-se o campo da conversação propriamente dita.” Nessa perspectiva os trabalhadores informais abrem diversos campos de conversações que indicam o grau de suas relações sociais, confirmação de identidades próprias e a importância do campo econômico informal para a subsistência do grupo. Assim, através da dádiva das palavras os feirantes fundamentam suas alianças sociais e fortalecem o mercado informal de roupas. Caillé (2002, p.100) destaca novamente que:

Como os bens preciosos nas sociedades arcaicas, a circulação da palavra permite estabelecer relações de aliança e de afinidade; aliás, seu único conteúdo será, na maior parte das vezes, permitir a circulação, mais ou menos livre, da palavra. Todos os bons comerciantes dispõem de um estoque de formulações, engraçadas ou patéticas, leves ou sentenciosas, que lhes permitem constituir e “fidelizar” a clientela.

Desse modo, o paradigma da dádiva sustento por Alain Caillé (2002) reflete uma incompatibilidade entre relações de dádivas e os interesses puramente instrumentais ou mercantis. Marcel Mauss ao argumentar o duplo caráter da dádiva, isto é, espontânea e obrigatória, fundamentava a seguinte ideia: “[...] essa moral e essa economia funcionam ainda em nossa sociedade de forma constante e, por assim dizer, subjacente, como acreditamos ter aqui encontrado uma das rochas humanas sobre as quais são construídas nossas sociedades [...]” (MAUSS, [1924] (2003), p.188). Os trabalhadores informais na feira de roupas novas e usadas implicitamente internalizam as regras morais e as relações sociais tradicionais que constituem a economia praticada pelo grupo, pois esses agentes se utilizam diariamente das várias transformações e manifestações das relações de dádiva na modernidade e da extensão das redes de intercâmbio recíproco, como uma forma de sobrevivência na esfera econômica informal.

CAPÍTULO II

ANTROPOLOGIA DO PARENTESCO

A economia nas sociedades complexas não é um fenômeno exclusivamente motivado por interesses individuais ou utilitaristas. Muitos termos econômicos envolvem a preocupação e o interesse direto em desenvolver e consolidar laços sociais que satisfaçam as necessidades do grupo enquanto espírito coletivo atuante num contexto multifacetado moderno (Sabourin, 2011). Nesse sentido, a clássica premissa de Mauss (p.188): “o mercado é um fenômeno humano”, atualiza a realidade de muitos atores sociais que trabalham e sobrevivem diretamente da economia informal praticada na feira de roupas.

O aspecto central dessa relação econômica é a extensão das redes de parentesco que se formam na medida em que as atividades econômicas informais avançam no mercado global. Importantes estudos destacam a estrutura social e o sistema de parentesco como fenômenos fundamentais da organização social desde as sociedades primitivas até as sociedades mais civilizadas. Os domínios do parentesco (Augé, 1975), presente nessas relações (re) produzem o sentido e funções das relações sociais e são indispensáveis (vitais) a coesão e sobrevivência do grupo. Estas estão voltadas principalmente para os elementos econômicos que são ritualizados no cotidiano das sociedades industriais.

Uma nota impossível de não citar sobre o debate da noção de estrutura na Antropologia Social é de Raymond Firth: “Alguns antropólogos têm argumentado que uma estrutura social é a rede de todas as relações de pessoa para pessoa numa sociedade. Mas tal definição é demasiada ampla.” (FIRTH, 1974, p. 47). Todavia, destaca Firth (ibidem, p. 48): “O conceito de estrutura social é um instrumento analítico, destinado a nos ajudar a compreender como os homens se comportam em sua vida social.” Obviamente meu objetivo não é discutir as duas situações teórico-conceituais abordadas pelo autor, porém elas somente se fazem presentes neste trabalho a título de visualização do problema categórico proposto por Raymond Firth e, sobretudo, da dimensão empírica da atividade econômica informal desempenhada na feira enquanto instituição econômica moderna estruturada ao fenômeno das relações sociais tradicionais como a reciprocidade, amizade, confiança, solidariedade, ajuda mútua, questão esta tratada no capítulo II.

No campo da antropologia do parentesco são inúmeras as pesquisas e contribuições. Os estudos de Fortes (2011) sobre o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico são algumas das empresas de estudo sobre estruturas sociais fora do contexto das sociedades primitivas. Uma questão importante levantada pelo autor é a seguinte constatação: “em todas as sociedades humanas a fábrica, por assim dizer, da reprodução humana é o grupo doméstico [...] é um processo cíclico. O grupo doméstico passa por um ciclo de desenvolvimento análogo ao ciclo de crescimento de um organismo vivo” (FORTES, 2011, p. 6). Na visão de Meyer Fortes existe uma grande variedade de instituições e organizações, no qual o parentesco é um exemplo, que constitui a união estrutural entre os grupos domésticos. A família elementar é o núcleo desse processo cíclico e uma vez integrado a estrutura social como um todo passa a estabelecer relações sociais de reciprocidade dentro de um específico domínio jurídico-político e econômico.

Outro fator essencial para esse debate é a importância da estrutura social enquanto elemento concentrador das diferentes funções e atividades da vida humana. Neste caso particular se reivindica a participação dessa estrutura para o desenvolvimento de economias em contextos diferenciados tendo como substrato as relações de parentesco. Para Firth (1998, p. 331):

Havia também outros relacionamentos cruzados, mas estes são suficientes para mostrar como os contatos puramente econômicos em todos os estágios da tarefa eram passíveis de ser afetados pela condição de parentesco das várias partes em relação uma à outra. Por exemplo, a emissão de ordens de trabalho, a discussão da divisão do produto, a contribuição de alimentos durante o trabalho e a distribuição de comidas durante as refeições, tudo era condicionado à existência de tabus de parentesco. A interação entre economia e parentesco, que é um traço tão característico da estrutural social dos tikopias, envolve, portanto, certas limitações sobre a atividade cooperativa, embora em si mesma fortaleça ambos os fatores.

Verdadeiramente essa estrutura social é o mecanismo elementar para o desenvolvimento das atividades econômicas e os agentes sociais se utilizam das redes de parentesco como ferramenta legítima de sociabilidade capaz de promover o estreitamento dos vínculos sociais e do exercício de suas atividades de natureza econômica e não econômica. Havia argumentado Firth (1998, p.215): “cada família se baseia em princípios de parentesco, especialmente nos laços familiares, para realizar seus objetivos econômicos e sociais”. Nesse aspecto, as estruturas de parentesco determinam reciprocamente as regras de trocas e alianças

tanto na tradicional sociedade de tikopias quanto na complexa sociedade de mercado que tem como um de seus desdobramentos as atividades econômicas de natureza informal.

Parentescos e Reciprocidade na Barraca

Há uma forte relação entre as economias informal e formal. O trabalho e a longa histórica de vida de dona Rita é um exemplo desse contato entre as esferas econômicas. Essa alegre e divertida senhora de 68 anos de idade, funcionária pública aposentada, trabalha com roupas na feira a mais de oito anos e não pretende abrir mão dessa atividade econômica informal. Dona Rita chega à feira do Buritizal às seis horas da manhã empurrando seu carro que é também a estrutura na qual arma sua barraca e comercializa suas roupas que são na maioria novas. Trabalhar na feira foi uma fórmula encontrada a princípio para complementar sua renda já que essa senhora educava na época sozinha mais de vinte crianças, sendo oito destas, seus filhos, e como seu salário era baixíssimo ela resolveu vender roupas usadas para ajudar com as despesas domésticas.

A informalidade representava para essa senhora apenas uma alternativa rudimentar para complementar sua renda e educar os seus filhos. Depois de alguns anos trabalhando com a venda de roupas dona Rita resolveu levar em frente essa atividade e com isso dedicar mais tempo e atenção ao comércio informal de roupas usadas. Na década de 2000, ela iniciou uma série de viagens para outros estados brasileiros em busca de fontes que fornecessem roupas novas, com um preço acessível e que pudessem ser vendidas nas feiras em Macapá com uma margem maior de lucro. A partir dessa experiência comercial inesquecível para dona Rita, esta definitivamente optou pela informalidade e, sobretudo, trabalhar por conta própria na medida em que essa atividade informal a possibilitava conhecer várias regiões do Brasil, fazer novas amizades e firmar contratos comerciais com grandes fornecedores.

Os relatos de viagens de dona Rita demonstram que o par formal/informal é indissociável. As despesas de suas viagens regulamentadas por agências especializadas e o capital investido em roupas novas compradas diretamente de fábricas e mercados nordestinos e paulistas são bancados com a economia informal que essa senhora pratica na feira de roupas em Macapá. Com a intensificação das viagens de negócio e lazer, dona Rita considera sua atividade econômica estável e planeja fazer novos investimentos como, por exemplo, ampliar

sua barraca, apenas vender roupas novas e abrir “filiais” em outras feiras espalhadas tanto na cidade de Macapá quanto no interior do estado do Amapá.

Dona Rita implicitamente já desempenha essas metas, pois sua barraca passou por reforma e ampliação, suas roupas basicamente são novas, ela atua em outras feiras como a do produtor e do pescado, e comercializa roupas informalmente fora de Macapá, mais precisamente na cidade de Mazagão Novo, município localizado no oeste do estado do Amapá a 36 quilômetros da capital. Para uma senhora de 68 anos de idade, dona Rita não vê essas atividades como cansativas ou sacrificantes, e demonstra bem-estar e satisfação às vezes que se lembra das dificuldades de inserção no início de seu trabalho na feira e das conquistas alcançadas na economia informal.

Os filhos adultos e já profissionais formados, resultado direto dos muitos anos de trabalho informal de dona Rita na feira, essa senhora não conta sempre com a mão de obra de parentes em sua barraca e por isso muitas vezes trabalha auxiliada pelos amigos feirantes. Existem redes de parentesco nas barracas vizinhas a dona Rita que apoiam e contribuem para o funcionamento de sua atividade informal. Ou seja, dona Rita na incerteza de parentes trabalhando diretamente em seu estabelecimento, se utiliza dos grupos de parentescos que compõem as barracas vizinhas a sua para socializar conversas, trocar favores e ajuda mútua.

Esses agentes se reúnem em determinados momentos para tomar um *cafezinho quentinho*¹¹ preparado por dona Rita e aproveitam para perguntar como ela está se sentindo e se precisa de alguma ajuda. A preocupação dos feirantes em atender os básicos chamados e favores de dona Rita como trocar dinheiro, olhar sua barraca enquanto necessita se ausentar para resolver problemas pessoais, ou simplesmente conversar com ela quando não estiverem atuando em suas respectivas barracas, é uma evidência importante de que as relações de dádiva, reciprocidade, compadrio, se estendem na feira no sentido de envolver o máximo de agentes possíveis, independentemente de está trabalhando sozinho em sua barraca, caso raro este na feira.

Dona Rita gentilmente ao me oferecer um copo de café e uma cadeira para que eu pudesse acomodar-me enquanto tomava minha bebida, rapidamente descreveu sua trajetória na feira de roupas, suas experiências de viagens para outras regiões do Brasil e das amizades que já consolidou durante seus muitos anos trabalhando no mercado informal. Nossa agradável conversa foi repentinamente interrompida por fortes gargalhadas e palavras desconfortáveis para um observador que acabara de se aproximar dos feirantes. Todavia, logo

¹¹ Uma forma delicada dos feirantes se referirem ao café que dona Rita prepara em sua casa e leva para compartilhar com os amigos e vizinhos feirantes.

percebe que ao ter minha conversa com dona Rita interrompida, tudo não passara de uma feirante amiga dessa senhora que estava chegando para tomar café no horário que elas haviam combinado. Eu imediatamente tratei de sorrir das brincadeiras entre as feirantes amigas e a partir dessa relação, notei que o copo de café oferecido por dona Rita, o qual eu tomava, se tratava de um ritual de iniciação que me possibilitava tanto entrar na feira quanto desfrutar da conversa com sua amiga que chegava para fazer companhia para dona Rita e atualizar os acontecimentos recentes.

A dádiva de dona Rita aceita por mim foi decisiva para que essa senhora e sua amiga feirante continuassem a conversa mesmo com minha presença em sua barraca. Dona Rosa, amiga de dona Rita que também trabalha na feira de roupas, ao perceber que eu tomava o café atento à conversa delas entendeu que o fato de eu aceitar o café representava a minha permissão para estar naquele local. Os agentes envolvidos com comércio informal de roupas ritualizam suas relações sociais tendo como objetivo a consolidação das práticas econômicas desenvolvida na feira de roupas. Esse sistema de intercâmbio recíproco é determinante para que os trabalhadores informais sobrevivam da informalidade e tomem esta economia como uma maneira segura de trabalhar por conta própria, possuir um empreendimento econômico da família e assim ser patrão.

Dona Rita trabalha hoje com roupas novas e ela não atua na informalidade para subsistir, porém enxergara nessa economia uma maneira de ter seu próprio negócio e não ser dependente de um salário de aposentadoria mesquinho face aos muitos anos de sua vida em que teve de trabalhar para o governo. A falta de valorização salarial contribuiu para que dona Rita continuasse trabalhando na informalidade e como seus filhos já são adultos a renda obtida nesse comércio é para aperfeiçoar seu negócio e ajudar financeiramente o único neto que estuda em outro país. Através da economia informal dona Rita se sente realizada pessoal e profissionalmente, pois constantemente viaja para várias regiões brasileiras onde faz suas compras de roupas novas e passeios turísticos. Essa senhora aproveita as viagens a trabalho para conhecer diversas cidades, se divertir, acumular histórias felizes e emocionantes, e principalmente formar novas amizades, fato este demonstrado pela quantidade de contatos que essa senhora possui em outros estados brasileiros e que foram citados resumidamente durante seu breve mapeamento dos locais por onde costuma realizar suas compras.

Através do comércio informal de roupas dona Rita realizou vários sonhos e o mais importante entre esses, ela faz questão de contar com muito orgulho e lágrimas de felicidade, para todos que chegam à sua barraca. A renda obtida na informalidade contribui para ajudar nos estudos superiores de um neto que ela considera filho por ter o educado desde

criança quando sua mãe o abandonou. Esse rapaz de 19 anos estuda medicina no exterior, é o principal motivo pelo qual dona Rita continua trabalhando na informalidade. Durante nossa conversa essa senhora lembrava com saudade e lágrimas no rosto do jovem filho que há mais de um ano mora na Bolívia e que mantém correspondência com ela semanalmente por telefone. Devido os investimentos que dona Rita faz na sua atividade econômica de roupas ela consegue um retorno financeiro mais imediato pela experiência acumulada nesses vários anos de estrada em que viaja para comprar roupas novas na esfera econômica formal e que serão comercializados na esfera informal. Um misto de experiência e habilidade com os negócios informais dona Rita vender roupas relativamente suficiente para manter tanto as despesas de sua casa quanto as do seu filho que vive e estuda em outro país. Esse fato demonstra que dona Rita embora aparentemente seja influenciada por uma racionalidade mercantil em sua ação econômica ela tem como objetivo atender e consolidar suas relações sociais com os amigos feirantes e ajudar financeiramente seu filho que estuda na Bolívia. A preocupação dessa senhora é propiciar e apoiar seu neto ter um futuro melhor, assim como ela também dispõe na feira da solidariedade de outros trabalhadores informais que frequentam a sua barraca para tomar café, conversar e fazer brincadeiras jocosas enquanto suas barracas estão sem cliente.

A barraca de Dona Rita é formada por redes de parentes e amigos atuando conjuntamente na economia informal. Essa senhora, embora não tenha ajuda direta de parente como mão de obra não assalariada desempenhando função econômica na feira, ela tem a sua disposição as redes de relações sociais como amizade, vizinhança e reciprocidade que se estendem a outras barracas distantes da sua e que regulam o circuito econômico das atividades informais. Por mais presente que seja a visão empreendedora e a racionalização econômica (ethos) na organização de bens e serviços na feira, os trabalhadores informais não conseguem desenvolver suas atividades econômicas sem a estrutura das relações sociais e o do imperativo moral na economia informal e, mesmo quando não há participação direta de grupos de parentescos operando as atividades econômicas informais, como é o caso de dona Rita, esses agentes desempenham extensas relações sociais como um mecanismo seguro para a eventual ausência de parentes trabalhando em suas barracas de roupas.

Nesse sentido, dona Rita se recusa deixar a informalidade e seus 68 anos de idade não são obstáculos para que ela se canse ou desista de trabalhar na feira. Através da venda informal de roupas que no início eram predominantemente usadas e que hoje, graças a sua vasta dedicação e experiência nesse comércio popular, são substituídas por roupas novas, essa senhora realizou um sonho que inclusive é de muitos amigos e vizinhos seus também

feirantes, que é de trabalhar por conta própria, sem patrão para obedecer e principalmente sem aquela dependência de um salário mínimo mensal.

Um aspecto negativo identificado na feira é a falta de infraestrutura competente do poder público. Às vezes o abandono e a ineficiência da administração estatal para com as feiras desanimam e revoltam dona Rita porque ela se lembra das grandes e modernas feiras dos estados por onde visita e lamenta não ter feiras adequadas na cidade Macapá. Essa relação do ponto de vista econômico é ambígua, isto porque os feirantes são agentes empreendedores que desempenham certa racionalidade mercantil para seus negócios informais, contudo trabalham as margens de avenidas e ruas da cidade de Macapá sem o mínimo de infraestrutura e incentivo estatal.

Essa observação é importante para refletirmos os custos e benefícios para os indivíduos que vivem direta e unicamente da economia informal praticada na feira de roupas. Sem a regulamentação do Estado os feirantes são obrigados a se conformarem com a ineficiência estatal em construir infraestrutura adequada para trabalhar com sua família, no qual esta se torna responsável por montar sua própria estrutura física para comercializar seus produtos, tarefa essa exclusiva da administração pública. Contraditoriamente as práticas empreendedoras informais se desenvolvem paralelamente a falta de estrutura que seria capaz de fortalecer o comércio popular e amenizar a exclusão e o preconceito dos agentes que formam esse mercado. Isso não significa, desse modo, que esses trabalhadores concordam definitivamente com a falta de investimento do governo, porém eles se posicionam estrategicamente em pontos fixos no sentido de comercializar seus produtos com maior sucesso possível, mesmo que seja de forma precária, mas que no fundo cumpram as necessidades básicas das famílias de feirantes. Embora prejudicados com essa negligência visível os pequenos empreendedores informais não abandonam a ideia de atuarem na informalidade e de trabalharem por conta própria e os problemas de ausência de infraestrutura adequada para comercializarem suas mercadorias e receberem seus clientes são superadas pelos feirantes através da ajuda mútua e da solidariedade desempenhadas pelos trabalhadores informais.

Dessa forma, os diversos fatores que envolvem a informalidade na feira de roupas são relativizados do ponto de vista socioeconômico, cultural e político. Estimo que embora o sistema de parentesco funcione como um mecanismo ideal de sobrevivência para as famílias que vivem da renda de roupa, instalada em estrutura precária, existe a participação simultânea de outras importantes dimensões da vida social que não necessariamente se espelham nas relações de parentesco para desenvolver o comércio informal de roupas novas e

usadas. Essas relações também resultam concomitantemente em satisfazer interesse pessoal e sociocultural semelhante ao nível de parentesco. Pelas características observadas no cotidiano dessas atividades econômicas e que descrevo nesta monografia, a economia praticada na feira de roupas pode ser interpretada como um fato social total.

Assim, O mercado de rua ou economia popular não é fenômeno isolado, mas uma forte atividade que cresce aceleradamente. Seu papel está sendo interpretado na sociedade moderna como uma importante economia que funciona através de princípios e leis próprias, os quais estabelecem condições moralmente reconhecidas pelo grupo de trabalhadores que contrariam os marcos legais do Estado. Nesse sentido, à feira de roupas significa mais do que um simples brechó improvisado e precário, no qual seu comportamento estaria restrito a uma parcela miserável da sociedade. É um fenômeno que representa uma extensa via de acordos e combinações econômicas complexas, ou seja, “cada venda, cada compra é um ato de mercado”, e essa relação pressupõe uma íntima conexão com um sistema de mercado mais avançado, neste caso, a esfera formal da economia capitalista¹².

A feira de roupas significa, dessa forma, uma (re) configuração econômica multilateral, sendo suas dimensões sociais intermediadoras dos interesses individuais e sua constituição não significa algo bizarro, ao contrário, à feira de roupas ganha forma como um campo empírico que compreende as atividades econômicas formais e informais simultaneamente tendo como característica fundamental as redes de intercâmbios recíprocos. Essa relação é visivelmente observada porque nos últimos meses diminuíram significativamente a predominância de roupas e calçados usados. Esses principais produtos comercializados pelos feirantes adquiriram gradualmente o status de “boa mercadoria”, e as roupas e calçados usados tornam-se mercadorias incomuns na Feira. Dessa maneira, a que devemos essa mudança gradual de status desses produtos? Os feirantes que introduzem as mercadorias novas seguem uma adaptação necessária às recentes tendências da moda. Isso significa que os trabalhadores na Feira começam a se relacionar com um público consumidor exigente e a inserção do feirante nesse *novo mundo* de padrões e tendências de roupas novas se torna uma verdadeira obrigação para a sobrevivência de seu negócio informal. Por vezes apreendo que a preocupação de muitos feirantes em investir em mercadorias (roupas novas)

¹² Nessa perspectiva Fanselow (1999, p. 14) destaca: “Such markets are not bizarre and exotic phenomena, a mass of nameless goods and shops and countless middlemen of limitless unscrupulousness. They can equally be found in developed industrialised economies.” A conclusão a qual o autor chegou é uma contribuição indispensável para a compreensão das etapas do progresso da economia informal e do papel central desempenhado por esta na economia industrial.

fortalece o par formal/informal e esse fato desmistifica a noção da existência de economias superiores face as inferiores.

CAPÍTULO III

O FENÔMENO DA ECONOMIA INFORMAL

A economia informal não é um fenômeno recente e seu desenvolvimento vem sendo acompanhado e debatido amplamente pela literatura sociológica e antropológica nas sociedades complexas (Cunha, 2006; Lopes, 2006; Lomnitz, 1989). As constantes transformações e a magnitude desse tipo de comércio atraíram ao longo de algumas décadas o interesse acadêmico desses campos científicos, no qual até pouco tempo estavam restritos aos estudos especificamente das ciências econômica e jurídica¹³.

A informalidade como genericamente é conhecida, demonstra sofrer significativas mutações e (re) configurações conceituais ao entrar em contato com elementos internos como, as extensas redes de relações sociais, e fatores externos como, o próprio mercado capitalista. As suas relações econômico-trabalhistas não se resumem apenas a contratos atípicos e se estendem muito além do alcance das interpretações reducionistas das esferas econômicas e jurídicas (Noronha, 2003). É a partir dessa perspectiva fundamental que as ciências humanas, em caso particular a Antropologia Econômica, visa compreender não somente o desenvolvimento acelerado dessa atividade informal, mas, sobretudo, identificar quais os mecanismos que a estruturam e que contribuem para seu progresso e consolidação na sociedade de mercado.

As práticas econômicas informais por muito tempo eram apreendidas como atividades marginais que atuavam paralelamente a esfera formal da economia de mercado. O Estado, através de seu aparelho material burocrático e jurídico, é a principal instituição encarregada de regulamentar as atividades econômicas. No entanto, os estudos dedicados ao surgimento e desenvolvimento da economia informal no Brasil, em outros países da América Latina e na África, por exemplo, apontam exatamente o excesso de burocracia, as demasiadas taxas administrativas e ministeriais e as segregações raciais e econômicas como os responsáveis pela explosão da informalidade nas últimas décadas do século XX. (Pinheiro-Machado, 2008a; 2008b; 2011; Ribeiro, 2000; De soto, 1987a; 1987b; Lomnitz, 1982; 2004; Becker, 2004; Fanselow, 1990; Geertz, 1978; Hiralal, 2010; Hart, 1973).

¹³ Para uma análise mais detalhada da contribuição do ponto de vista jurídico e econômico para os estudos contemporâneos sobre a economia informal ver Noronha (2003).

A economia informal, dessa maneira, passa a ser caracterizada e reconhecida como atividade de impacto econômico que escapa aos dispositivos legais do Estado. Embora o próprio Estado não consiga regulamentar o mercado informal, este se desenvolve intimamente ligado à esfera econômica formal, isto é, o informal e formal se nutrem reciprocamente, porque o primeiro cada vez mais compra insumo do segundo, essa relação gera impostos, empregos e receita para o Estado. Houve na literatura especializada um período de nossa história econômica em que a informalidade foi tratada como algo extremamente negativo, no qual, de acordo com as interpretações jurídicas, suas ações poderiam ser enquadradas como crimes sujeitos ao código penal por se tratar de atividades econômicas atípicas conceituadas como ilícitas ou ilegais¹⁴ (Noronha, 2003). Somente com os trabalhos etnográficos de Sousa (2008a, 2004, 2008b) foi possível distinguir categoricamente os tipos de atividades econômicas, seus respectivos operadores que atuam as margens da regulamentação do Estado e conseqüentemente os impactos conceituais que estas diferenciações reivindicavam no meio social.

Um estudo importante para o momento dessa discussão conceitual sobre economia informal é o trabalho do estudioso Hernando De Soto. Na sua visão a economia informal é: “o comércio que começou a ser realizado maciçamente às margens e até contra as normas estatais nominalmente encarregadas de regulá-lo” (DE SOTO, 1987, p.100). O autor peruano demonstra qualitativamente que a informalidade em grande medida surge de avaliações racionais dos custos tributários e fiscais exigidos pela formalização do empreendimento. Nesse sentido, a economia informal para se estruturar e desenvolver cria leis e regras próprias e sua permanência na economia globalizada alcança proporções substanciais, sobretudo porque a informalidade também desempenha funções políticas competentes exclusivamente ao Estado.

O fato de o surgimento do fenômeno em questão não ser desconhecido, podemos citar primeiramente sua presença no contexto africano, no qual a economia informal estava associada a um intenso processo histórico de marginalização social, discriminação racial e exclusão econômica. Esses fatores etnocêntricos atingiam diretamente grupos étnicos que não desfrutavam de prestígio e status social, porém os estudos etnográficos nessas regiões demonstraram que, a ausência de emprego produzia entre os grupos humanos impedidos de acesso ao mercado formal, desenvolver um sistema aperfeiçoado de técnicas e formas de

¹⁴Não é meu objetivo discutir neste trabalho as diferenças conceituais entre as economias ilícita e ilegal. Para uma análise refinada da importância dessas categorias para a compreensão das características e natureza dessas trocas econômicas que operam fora dos marcos legais do Estado ver Sousa (2004; 2008a; 2008b).

produção artesanal significativamente capaz de garantir a sobrevivência dos agentes informais. Um dado essencial para este trabalho, desse sistema específico de sobrevivência, é que as estratégias e técnicas montadas para suprir as carências materiais dos povos africanos estavam estruturadas em suas relações sociais de parentesco, reciprocidade, confiança, ajuda mútua, solidariedade, representada por um vasto universo simbólico de representações culturais (Hiralal, 2010; Becker, 2004).

Uma relação econômica semelhante foi descrita por Geertz (1978), ao observar os nativos da região rural no Sopé do Médio Alto, em Marrocos. Nessa região havia um sistema do mercado de camponeses extremamente competitivos que o autor denominou de economias Bazar. Estas funcionavam como uma instituição econômica incorporada fundamentalmente em seu contexto sociocultural e compreendia outras variedades de sistemas econômicos detentores de características e peculiaridades. A economia informal desse modo é um fenômeno presente em diversas realidades sociais e sua estrutura apresenta e determina aspectos muitas vezes comuns em sua forma de funcionamento, sobretudo, os quais são baseados em redes de relações sociais contribuindo decisivamente como mecanismo de proteção e seguridade social. (Lomnitz, 1989; Lopes, 2006; De Soto, 1987; Cunha, 2006).

No caso do Brasil as estruturas e os mecanismos subjacentes à economia informal não se desenvolvem diferentemente dos estudos precedentes. Embora houvesse esforços para superar os antigos modelos explicativos que reduziram a informalidade à ordem de pobreza, miséria e marginalização, os estudos na área demonstraram uma dimensão sociocultural pouco conhecida que envolve o comércio de rua. Uma análise mais refinada sobre o fenômeno da economia informal ou *a globalização popular e o sistema mundial não hegemônico*, em algumas feiras e mercados populares brasileiros, acentuaram uma economia dinâmica e próspera que funciona conectada a extensas redes de relações sociais capazes de dialogar e de se confundir com esferas formais da economia. (Ribeiro, 2009; Pinheiro-Machado, 2008b).

A perspectiva empreendedora que desde meados do século XX se tornou fortemente símbolo da economia informal é representada pelo jogo simultâneo de interesses materiais (a racionalidade econômica) e subjetivos (as relações sociais estabelecendo contratos e trocas). Os atores envolvidos nessa economia legitimam socialmente as leis e normas praticadas no âmbito do mercado informal. Ao observar diariamente grupos de trabalhadores ambulantes e feirantes, Lopes (2006) descreveu a frequente perseguição enfrentada pelos vendedores que juridicamente contrariam as instituições formais. Nesse caso, essas atividades econômicas são de sobrevivência, sendo diversas as famílias de feirantes que dependem desse comércio de

rua. Porém, um aspecto fundamental para compreensão da seguinte relação: atividade informal e normatividade assumida pelo trabalho na economia capitalista e industrializada –, é a importância da extensão das redes de sociabilidade familiar que condiciona positivamente o envolvimento dos feirantes com a venda e os negócios informais, no qual a ação econômica depende dos aspectos sociais que organizam e estruturam a feira.

Assim, com o crescimento acelerado da economia informal a nível transnacional, os organismos econômicos internacionais tentaram desenvolver políticas orientadas para a *formalização da informalidade*. Preocupados com a ausência de regulamentação pelo Estado e os prejuízos fiscais devido a não prestação tributária, essas políticas visavam adaptar as atividades informais ao âmbito de pequenas produções empresariais, gerando fundos monetários e receitas estatais participativas e integradas à economia formal. Contudo, as políticas internacionais falharam por não levar em consideração as leis especiais que regem a informalidade, ou seja, esta não funciona de modo desorganizado e não se exprime apenas através do não registro de impostos diretos, mas possui traços de organização encarregados de sustentá-la face ou entrelaçada à economia capitalista e aos impasses de quem trabalha na rua, como por exemplo, às condições climáticas e a fiscalização do Estado. Isso se deve a importância da incrustação das relações econômicas nas redes familiares e comunitárias que constituem os fatores como confiança, responsabilidade, reciprocidade, essenciais ao desenvolvimento da economia informal (Cunha, 2006).

Desse modo, a economia informal rapidamente rompeu com as fronteiras do mercado local e hoje está relacionada diretamente ao processo de globalização. O impulso estrutural das novas tecnologias contribuiu para que as relações econômicas informais se desenvolvessem em nível nacional e internacional. Para Ribeiro (2009) trata-se de uma globalização popular sustentada por fluxos de pessoas entre distintos mercados que, por sua vez, são os nós do sistema mundial não hegemônico. Assim, as movimentações dessa *globalização econômica de baixo para se cima*, são animados por milhares de redes sociais que oscilam em escalas variáveis entre diferentes pontos do sistema mundial não hegemônico. Os fluxos globais de mercado popular, portanto, são não hegemônicos porque suas atividades econômicas desafiam os estabelecimentos e agências econômicas de controle local, regional, nacional, internacional e transnacional, e conseqüentemente são retratados por estes organismos como uma ameaça constante para o poder político e econômico das elites consolidadas (Pinheiro-Machado, 2008b).

Nessa perspectiva a clássica dicotomia formal/informal sofre revisões críticas como consequência das novas configurações tanto no mundo do trabalho quanto nas formas de

racionalização das ações burocráticas e mercantis (Pinheiro-Machado, 2011). Visto de outro modo, ao invés de falarmos de uma dicotomia de sistemas econômicos opostos ou paralelos, a literatura tem evidenciado um *continuum* entre as esferas da economia (Sousa, 2004). É o caso, por exemplo, de seu João, um comerciante que possui uma loja de sapatos formalizada no município de Santana, mas que aos domingos vende informalmente esse produto na feira de roupas no bairro do Buritizal. Por mais inusitado que este fato pareça, o microempresário não compreende sua prática econômica como uma atividade contraditória ou absurda. Embora já possua uma loja regulamentada em outro município, esse agente visando aumentar sua renda, opta por trabalhar na informalidade em uma barraca improvisada na feira geograficamente distante de sua residência. Neste aspecto, há uma nítida relação simétrica da economia informal com a formal, cuja ausência de impostos diretos da primeira se torna um atrativo mercado para ampliação dos negócios do trabalhador formal. Esse evento, dessa maneira, ilustra que a insustentável dicotomia formal/informal é uma falácia economicista e que ao contrário de supostas economias superiores e inferiores paralelamente estabelecidas pela literatura econômica clássica, podemos evidenciar na realidade, complementações socioeconômicas fundamentais entre as esferas da economia, no qual as reconfigurações fazem parte das transformações nos modelos de desenvolvimento capitalista motivados por um espírito empreendedor moderno.

A partir da perspectiva da Escola Substantiva de Economia, o homem do mercado informal não é um indivíduo exclusivamente movido em todas as suas ações por uma concepção racionalista do interesse pessoal, atingindo seus objetivos de maneira direta e com o mínimo de esforço. O sujeito da feira de roupas, embora trabalhe por questões empreendedoras e mercantis, também atua motivado por razões de natureza social, tradicional. A diferença entre as fronteiras das trocas econômicas e das não econômicas é o fato de seus objetivos não se referirem unicamente ao atendimento de necessidades imediatas nem apenas a propósitos puramente utilitaristas. Essa relação a princípio desmistifica a sombria noção de *Homo Economicus* encontrada nos textos de Ciência Econômica e que custou um preço alto aos defensores da Escola Formal de Economia. Nesse sentido, esses sujeitos desempenham uma economia própria de sobrevivência estruturada em redes de relações sociais que consolidam as atividades econômicas informais.

Em relação ao principal produto comercializado na feira – roupas – os feirantes conseguem mediante um sistema de troca no mercado capitalista intermediado pela extensão das redes sociais, isto porque, existe a forte probabilidade de mercado e dívida coexistirem (Nícolás, 2002). Há um intercâmbio recíproco de relações sociais entre fornecedor e feirante

eficientemente encarregado de asseverar o sucesso das trocas e contratos. A economia informal praticada na feira do bairro Buritizal pode ser interpretada como um misto de oportunidade de emprego e renda para aqueles que estão fora do mercado de trabalho formal e um novo espírito empreendedor moderno, influenciado pela racionalidade capitalista (ethos) de ter seu próprio micronegócio e trabalhar por conta própria, ser patrão, tal como observou Pinheiro-Machado (2008a), para com os camelos e ambulantes de Porto Alegre. Assim, as redes de relações de grupos se estendem normalmente por meios de graus intermediários, isto é, do nível local da barraca ao centro da feira informal, e essas redes evidenciam a importância da economia no jogo político e econômico na vida dos feirantes e da macroeconomia capitalista. As relações de grupos uma vez conectadas a barraca à feira e concomitante as acentuadas práticas econômicas dos trabalhadores, são as responsáveis por desempenhar um extenso e complexo conjunto de instituições sociais tradicionais operadoras da estrutura, organização social, política e econômica. Seu João, citado anteriormente, argumentava que somente conseguiu instalar sua barraca de sapatos novos na feira porque um amigo feirante o apresentou para outros trabalhadores informais e a partir desse ritual obteve inicialmente aceitação do grupo. A relação de amizade e confiança que seu João há muitos anos tem com seu *compadre* foi fundamental para que esse vendedor pudesse transitar livremente entre as economias informal e formal. Depois de alguns anos trabalhando na feira, seu João conhece pessoalmente todos os feirantes, troca favores, gentilezas e dispõe de duas fontes seguras de renda, uma produzida na formalidade através de sua loja no município de Santana e a outra engendrada na informalidade desempenhada semanalmente na feira de roupas e calçados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O REGIME DE TROCA NA FEIRA: CONFIANÇA, AMIZADE, SOLIDARIEDADE

Determinada manhã um grupo de aproximadamente quatro trabalhadores informais conversam de maneira descontraída enquanto não havia clientes em suas respectivas barracas. Eles tinham certeza que seria um dia ensolarado e ótimo para vender roupas, pois “as pessoas somente se sentem a vontade para sair de casa para fazer compras quando a situação climática é favorável”, e esse bonito domingo de fevereiro está bastante atrativo para o comércio informal. Contudo, esse período do ano em Macapá é conhecido como chuvoso e as mudanças no clima são imprevisíveis. O belo domingo de sol rapidamente se transformou em manhã de nuvens escura, chuva tempestuosa e fortes rajadas de vento. Com esse cenário impróprio para trabalhar os feirantes iniciaram uma verdadeira maratona com o objetivo de abrir aceleradamente as compridas lonas de plástico com o máximo de habilidade e experiência, e assim proteger os produtos e os próprios trabalhadores da impetuosa chuva. Um fato pouco inusitado, devido à natureza precária de algumas barracas, ocorreria quando os feirantes foram surpreendidos com a ventania derrubando uma barraca de madeira improvisada pertencente à dona Sebastiana. Essa senhora, a qual se encontrava sozinha no momento do incidente, não teria força física suficiente para levantar seu modesto ponto de trabalho tombado na rua. Os familiares que a ajudavam com a venda de roupas na feira haveriam se ausentado para resolver problemas pessoais e aquela mulher não dispusera no momento em que sua barraca viera ao chão de pessoas próximas para ajudá-la.

Através desse evento natural observei que um número significativo de trabalhadores se mobilizaria imediatamente para socorrer a pobre senhora, no qual toda sua vida econômica havia momentaneamente desmoronado diante de seus olhos úmidos. Os atores sociais que atuam na informalidade estão constantemente sujeitos a fenômenos como esse devido na maioria das vezes as suas estruturas físicas insuficientes. Não obstante, os mecanismos que sustentam as práticas econômicas informais são as redes de relações sociais tradicionais como a amizade, o parentesco, a confiança, a solidariedade, que funcionam no sentido de estabelecer comportamentos morais reguladores das relações sociais e econômicas. Após aquela barraca ser lançada ao asfalto, vários feirantes formaram incansavelmente uma corrente solidária, eles levantaram a barraca de dona Sebastiana, prenderam em hastes mais

rígidas, trouxeram ferramentas de construção civil para fixar parafusos e cerrar peças maiores de madeira como forma de diminuir os riscos da barraca tornar a virar, organizaram os produtos nos seus respectivos lugares e cobriram-lhes da chuva com uma espessa lona de plástico.

As relações sociais desempenhadas pelos trabalhadores informais foram decisivas para que a dona da simples barraca de roupas não tivesse prejuízos financeiro maiores. Depois da confusão causada pela fúria da natureza, os feirantes voltariam a se reunir, dessa vez na barraca que eles haviam salvados da tempestade, para conferir se não ocorreram mais danos, sobretudo à dona Sebastiana, quem estava sob a barraca na hora de seu desabamento.

A preocupação dos trabalhadores refletiria diretamente na forma como eles veem a senhora que ajudaram. Ela é bem socializada, possui muitos amigos na feira e está sempre bem humorada e prestando favores e serviços aos vizinhos de profissão. A extensão das relações sociais possibilita que a vida econômica seja secundária em situações como a da ventania. A rede de intercâmbio recíproco se destaca preponderantemente face o interesse puramente mercantil. As dimensões da vida social reivindicam o envolvimento de várias instituições que estruturam a economia informal praticada na feira de roupas. Sem as relações de amizade e parentesco, entre outras, os feirantes dificilmente conseguiriam desenvolver suas atividades de sobrevivência. Pelo fato destas escaparem as agências de controle do Estado, obrigatoriamente criam mecanismos e leis próprias que articulam suas ações econômicas e garantam a manutenção e permanência do grupo. A reciprocidade nesse contexto também é um aspecto fundamental para a consolidação da atividade econômica informal. Os sistemas de trocas, contratos e dádivas desempenham simultaneamente uma base concreta sobre a qual se constrói a economia popular ou circuito econômico informal na feira de roupas novas e usadas. Argumentei na introdução desta monografia que as mercadorias comercializadas nesse tipo de comércio são frutos diretos das relações sociais desempenhadas entre feirantes e fornecedores que podem ser empresas formais, conhecidos, amigos, vizinhos e parentes de feirantes. O interesse pecuniário da troca entre esses operadores da economia informal sofre influência de fatores coletivos atuantes no sentido de tomar cada decisão como um importante passo racional para a saúde financeira do empreendimento informal. Esse aspecto significa que mesmo o maior grau de maximização econômica praticada na feira é cuidadosamente controlado e regulado pela força elementar das alianças sociais que envolvem uma quantidade significativa de trabalhadores.

A princípio eu havia partido da hipótese ainda no pré-projeto, na condição de bolsista de Iniciação Científica, que os produtos comercializados na feira eram simplesmente doações

de indivíduos com poder aquisitivo mais elevado. Ingenuamente acreditava que de fato as pessoas transferiam suas roupas usadas aos feirantes por filantropia e sem nenhuma moeda de troca em questão. Ora, esta hipótese foi consideravelmente refutada pela identificação de que os trabalhadores compram todos os produtos comercializados informalmente na feira e os sistemas de trocas entre feirantes e fornecedores é baseado no interesse pecuniário e na relação social. Observei que entrelaçado a troca de mercado existem as redes sociais tradicionais narradas em capítulos anteriores que estruturam a economia informal. Nessa perspectiva, as relações sociais desempenhadas no circuito econômico informal definem o conteúdo das trocas, pois são estas redes que impactam os preços que cada mercadoria é comprada e posteriormente vendida. Outra contribuição importante das relações sociais na feira está relacionada ao ponto fixo de trabalho ocupado pelo feirante. Cada feirante tem um lugar fixo e exclusivo na rua para montagem de sua barraca. Esse lugar é definido pela regra do primeiro ocupante e demarcado socialmente. Ou seja, tendo em vista que eles ocupam um local, definido pelo Estado, como ilegal, o direito à propriedade apenas pode ser obtido dentro de uma esfera de valores e regras paralela as normas jurídicas positivas. Cada feirante sabe quais são os seus direitos e deveres e, reconhece que ir além do que é estabelecido e legitimado dentro do grupo no qual é membro, implica sanções morais e perdas econômicas, estas últimas porque todos os feirantes sabem que chegar mais cedo e instalar sua barraca num local que todos sabem ser de outro, resulta em conflito e, conseqüentemente, prejudicaria o andamento e consolidação das vendas. Assim, participar destas redes econômicas e não econômicas, e compartilhar desses valores dá direito ao feirante de ocupar um lugar na rua para vender produtos e obter sua renda que é distribuída desigualmente entre as despesas domésticas e os investimentos em mais mercadorias.

No caso específico da Feira de roupas, não é possível falar de uma atividade econômica autonomizada, pois sua forma de comércio de modo algum está desvinculada das relações e vínculos sociais. A economia se encontra inteiramente submersa nas diversas instituições sociais tradicionais. Junto às redes sociais, se desenvolve um mercado em que as relações econômicas são estruturadas na reciprocidade, amizade, compadrio, parentesco, “valor confiança”. A todo o momento, favores são trocados, contratos são celebrados, sem que haja qualquer contabilidade, sem que seja necessário retribuí-los imediatamente. Nesse aspecto, a dádiva e a troca mercantil habitam simultaneamente o espaço informal da feira. As aparentes fronteiras entre os fundamentais universos da troca mercantil e das relações de dádiva são relativizados a luz do fato social total moderno, pois os feirantes sabem profundamente que podem contar sempre com a ajuda de seus amigos também trabalhadores

informais, independente de ser uma barraca tombada pela ventania ou uma socialização de bebida, comida e conversas.

Assim, a informalidade tem como mecanismos as extensas redes de intercâmbio recíproco capazes de estruturar as atividades econômicas que contrariam as normas estatais e sistema jurídico legal. As leis e regras regulamentadoras da economia informal são aspectos essenciais face o interesse puramente pecuniário que caracteriza as trocas no mercado formal, onde neste as relações se desenvolvem a partir do princípio de impessoalidade, enquanto na esfera econômica informal as relações adquirem rapidamente caráter pessoal, sendo o principal elemento de integração econômica nas sociedades complexas. A destemida senhora que não se deixou abalar depois da ventania, espera contar com a ajuda de seus amigos feirantes para se reerguer e dar continuidade a seu trabalho informal. Os comerciantes de roupas, nesse sentido, não tiraram vantagem da situação em que se encontrava dona Sebastiana. O fantasma da racionalidade de mercado é um fenômeno enfraquecido pela força dos laços e das alianças que passam por constante manutenção como uma forma de mecanismo essencial para a consolidação do regime de troca informal praticado na feira. As relações de dádiva e contradádiva, os vínculos de parentesco e os contratos formal/informal estabelecido entre feirantes e fornecedores, estão fundamentados em valores humanos que superam os interesses da troca venal, sendo as relações sociais o principal expoente do circuito econômico das trocas informais praticada na feira de roupas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Giorgio; MAYER, Enrique. Reciprocidad andina: ayer y hoy. In: **Reciprocidad e intercambio en los andes peruanos**. Peru: Instituto de Estudios Peruanos, 1974. P. 13-33
- BECKER, Kristina Flodman. The informal economy development, definitions and composition. In: _____. **The Informal Economy**. Fact finding study-SIDA, MARCH 2004.
- CAILLÉ, Alain. Nem Holismo nem Individualismo Metodológicos. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol.13, n.38. São Paulo, Oct. 1998.
- _____. **Antropologia do Dom**. o terceiro paradigma. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. A Dádiva das Palavras: o que o dizer pretende dar. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A Dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CUNHA, Manuela Ivone P. da. Formalidade e Informalidade. Questões e perspectivas. **Etnográfica**, vol. X(2), 2006, pp. 219-231.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, (14): 153-174, jun. 2000.
- DE SOTO, Hernando. **Economia subterrânea** – uma análise da economia peruana. Em colaboração com Enrique Ghersi, Mario Ghibellini e o Instituto Libertad y Democracia (ILD); prólogo Mario Vargas Llosa: Tradução Gilson Schwartz. – Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- _____. Por que importa la economia informal?. **Conferencia en la Universidad Católica**, el 17 de noviembre de 1987.
- DAWSEY, John C. O Teatro dos “Bóias-Frias”: repensando a antropologia da performance. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 11. n 24. p. 15-34. jul./dez, 2005.
- DUMONT, Louis. **Homo aequalis**: gênese e plenitude da ideologia econômica. Tradução José Leonardo Nascimento; revisão Antonio Penalves Rocha. – Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- _____. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Tradução Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FANSELOW, Frank S. The Bazaar Economy or How Bizarre is the Bazaar Really? **Man**, New Series, Vol. 25, No. 2 (Jun., 1990), pp. 250-265.
- FIRTH, Raymond. **Nós, os Tikopias**: Um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva; prefácio de Bronislaw Malinowski; tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e

- Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. (Clássicos; 11).
- _____. *Elementos de Organização Social*. Tradução de Dora Flaksman e Sérgio Flaksman. Revisão técnica de Gilberto Velho. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1974.
- GODBOUT, J.T.. Introdução à dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, Oct. 1998.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001.
- _____. **Racionalidade e Irracionalidade na Economia**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro – GB – Brasil, 1966.
- GEERTZ, Clifford. The Bazaar Economy: Information and Search in Peasant Marketing. **The American Economic Review**, Vol. 68, No. 2, Papers and Proceedings of the Ninetieth Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1978), pp. 28-32.
- HIRALAL, Kalpana. **The “Invisible” Workers of the Informal Economy – A Case study of Home-based Workers in Kwazulu/Natal, South Africa**. *J Soc Sci*, 23(1): 29-37 (2010).
- ISAAC, Barry L. Karl Polanyi. In: **A Handbook of Economic Anthropology**. Massachusetts, USA: Edward Elgar, 2005. P. 14-25.
- LANNA, Marcos. Nota Sobre Marcel Mauss e o Ensaio Sobre a Dádiva. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, 14: p.173-194, jun. 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- LOMNITZ, Larissa A. **Cómo sobreviven los marginados**. Siglo XXI. Editores. Buenos Aires. 10ªed.México: Edición, 1989.
- _____. *Globalización, Economía Informal, y Redes Sociales*. UNAM, 1982.
- _____. *Confianza, Redes Sociales y economía informal: um análise comparado*. Version en español de “Trust Social Network and the informal economy: a comparative analysis. **Review of sociology** vol.10 (2004) pp5-26
- LOPES, Daniel Seabra. Mercados Encobertos: os ciganos de Lisboa e a venda ambulante. **Etnográfica**, vol. X(2), 2006, pp. 319-335.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In:_____. **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- _____. **Ensaio de Sociologia**. Tradução [Luiz João Gaio e J. Guinsburg]. – São Paulo: Perspectiva, 2009. – (Estudos; 47/ dirigida por J. Guinsburg).

MEYER, Fortes. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. **Série Tradução**. Vol. 1, Brasília: DAN, 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Introdução. In:_____. **Argonautas do pacífico ocidental**: Tradução Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardiere Mendonça. Revisão Eunice Ribeiro Durham. 2ª ed. São Paulo: Abril cultural, 1978. (os pensadores).

_____. **Crime e Costume na sociedade selvagem**. Tradução de Maria Clara Corrêa Dias; revisão técnica de Beatriz Sidou. - Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2º Ed., 2008.

MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – movimento antiutilitarista nas ciências sociais. Itinerários do dom. **RBCS** Vol. 23 nº. 66 fevereiro/2008.

MAYER, Enrique. Las reglas del juego en la reciprocidad andina. In: **Reciprocidad e intercambio en los andes peruanos**. Peru: Instituto de Estudios Peruanos, 1974. P. 37-65.

NUNES, João A., Com mal ou bem, aos teus te até: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, Nº 42. Porto: Maio 1995.

NICOLAS, Guy. O dom ritual, face velada da modernidade. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A Dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NORONHA, E.G.”Informal”, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no **Brasil** **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.18, n.53, out. 2003.

PISELLI, Fortunata, A sociedade-providência na esfera económica. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, Nº 42. Porto: Maio 1995.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época/Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. Nossa Obsoleta Mentalidade Mercantil. Tradução portuguesa pela **Revista Trimestral de Histórias e Ideias**, Nº 1, Edições Afrontamento, Porto, 1978.

Pinheiro-MACHADO, Rosana Pinheiro. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.23, n.67, p.118-192, jun., 2008.

_____. Mercados Periféricos na ordem do capitalismo global: a rota China-Paraguai-Brasil. Trabalho apresentado na 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

_____. Fazendo Guanxi: dádivas, etiquetas e emoções na economia da China pós-Mao. **Mana** 17 (1): 99-130, 2011.

- RIBEIRO, Gustavo Lins. El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular. **Série Antropologia/DAN/UNB**, Brasília, vol.410, 2007.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. O Estudo dos Sistemas de Parentesco. Tradução de Sônia Regina Pacheco Alves. In: LARAIA, Roque de Barros (Org.). **Organização Social**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1969.
- RIBEIRO, Roberto Name. **Causas, Efeitos e Comportamento da Economia Informal no Brasil**. 2000. 58f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2000.
- SOUSA, Rosinaldo Silva. **Os cacaleros do Chapare**: coca, cocaína e políticas internacionais antidrogas na Bolívia. 2006. 178 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- _____. Narcotráfico y economía ilícita: las redes de crimen organizado en Rio de Janeiro. **Revista Mexicana de Sociología**, México, D.F. n.1, enero /marzo, 2004.
- _____. Organização política e cultivos ilícitos de coca na Bolívia: uma abordagem etnográfica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.24, n.73, jun. 2010.
- SOUSA, Rosinaldo Silva. O Problema das Segmentações nas Redes sociais Informais e Ilícitas: a heterogeneidade dos padrões de ações sociais justifica a separação conceitual dessas redes? In: **26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**, 01 a 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia.
- SIGAUD, Lygia. Doxa e Crenças Entre os Antropólogos. **Novos Estudos**, Março de 2007.
- _____. As vicissitudes do “ensaio sobre o dom”. **MANA** 5 (2): 89-124, 1999.
- SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: Da Dádiva à Questão da Reciprocidade. **RBCS** Vol. 23 nº 66 fevereiro/2008.
- _____. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, n. 20 novembro de 1999. (pp.41-49).
- _____. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.
- SANTOS, Boaventura de S., Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social? **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, Nº 42. Porto: Maio 1995.
- ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº (104), pp. 596-618, outubro-dezembro/2006.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relação patrono-cliente em uma sociedade complexa. In: BIANCO, Bela Feldman-Bianco e RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs). **Antropologia e Poder**. Universidade de Brasília: São Paulo, 2003.

_____. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: BIANCO, Bela Feldman-Bianco e RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs). **Antropologia e Poder**. Universidade de Brasília: São Paulo, 2003.

YAN, Yunxiang. The gift and gift economy. In: **A Handbook of Economic Anthropology**. Massachusetts, USA: Edward Elgar, 2005. P. 246-261.